

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 121/2024
Data: 01/11/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
RIGOR DA LEGISLAÇÃO DESACELEROU INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS ANOS NOS PORTOS, DIZ ESPECIALISTA	4
PORTO DE SANTOS TERÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LEILÃO DE TERMINAL PARA COMBUSTÍVEIS	5
CEPORTOS PROPÕE DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AGILIZAR PARTICIPAÇÃO PRIVADA NOS PORTOS; ENTENDA	5
RECICLAR NAVIOS DE FORMA ADEQUADA É A MISSÃO PARA 2025	8
GOVERNO DE SÃO PAULO PROSEGUE COM OBRAS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ.....	9
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO.....	9
NORONHA VERDE: PROJETO DE R\$ 300 MI VAI ELIMINAR DIESEL NA PRODUÇÃO DE ENERGIA	9
BANCADA PERNAMBUCANA SE DIVIDE SOBRE TAXAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	12
ANTAQ ENTENDE SER POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES E LOCAÇÃO, POR TERCEIROS, EM TUPS	12
ANTAQ É RECONHECIDA NOVAMENTE POR MELHORES PRÁTICAS REGULATÓRIAS.....	12
ESTUDO APRESENTA NÍVEL DE PREPARAÇÃO DOS PORTOS PARA RECEBER EMBARCAÇÕES DE BAIXO CARBONO	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	15
EM EVENTO DO MERCADO DE INFRAESTRUTURA, SILVIO COSTA FILHO APRESENTA CARTEIRA DE CONCESSÕES DO MINISTÉRIO.....	15
VOA BRASIL TRANSPORTA EM TRÊS MESES O EQUIVALENTE A 100 AERONAVES LOTADAS DE APOSENTADOS.....	17
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	18
EM EVENTO DO MERCADO DE INFRAESTRUTURA, SILVIO COSTA FILHO APRESENTA CARTEIRA DE CONCESSÕES DO MINISTÉRIO.....	18
PORTAL PORTO GENTE.....	20
CNT AVALIA QUE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2025 REDUZIRÁ INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE.....	20
PORTO DE SANTOS CONCEDE DESCONTOS NAS TARIFAS NAVIOS SUSTENTÁVEIS E DE CRUZEIROS	21
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	21
EDITORIAL – UM LONGO CAMINHO PARA A DESCARBONIZAÇÃO	21
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	22
<i>Audiência com a PF 1.....</i>	22
<i>Audiência com a PF 2.....</i>	23
<i>APLOP em Angola.....</i>	23
<i>Encontro no Rio.....</i>	23
<i>Apagão 1.....</i>	23
<i>Apagão 2.....</i>	23
REGIÃO SUDESTE - CONSÓRCIO ROTAS DO BRASIL VENCE LEILÃO DA ROTA DO ZEBU.....	23
NACIONAL - “TEMOS R\$ 1,3 TRI DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ANUNCIADOS”, DIZ MINISTRO	25
REGIÃO SUDESTE - INFRAERO RECEBE OUTORGA PARA IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO DE OLÍMPIA	26
MAIORIA DOS PORTOS BRASILEIROS NÃO POSSUI METAS DE DESCARBONIZAÇÃO, DIZ ANTAQ	27
REGIÃO NORTE - 1º CONCESSÃO RODOVIÁRIA DE RONDÔNIA AVANÇA COM EDITAL PARA LEILÃO EM FEVEREIRO.....	29
REGIÃO SUDESTE - APS MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO LEILÃO DO STS 08 PARA O DIA 6 DE NOVEMBRO.....	30
REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS VAI CONSTRUIR REBOCADORES QUE POLUEM MENOS	30
INTERNACIONAL - CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS É TEMA CENTRAL DO ÚLTIMO DIA DE CONGRESSO DA APLOP.....	31
INTERNACIONAL - PORTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA BUSCAM INDICADORES AMBIENTAIS E INOVAÇÃO INTEGRADA.....	33
PORTUGAL - PORTO DE BARCELONA É DESTAQUE EM VISITA DA COMITIVA DO BRASIL EXPORT	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
DÓLAR ENCOSTA EM R\$ 5,87, MAIOR PATAMAR DO GOVERNO LULA	35
FOZ DO AMAZONAS: ALCOLUMBRE SE REÚNE COM PRESIDENTE DA PETROBRAS E DIZ QUE IBAMA 'BOICOTA PAÍS'	35
GOVERNO DO PARÁ VIRA RÉU NA CVM.....	37
ÁGIO DE 267.000%, POCOS ESTRANGEIROS E LANCE SOLITÁRIO: SAIBA COMO FOI A MARATONA DE LEILÕES EM SP	37
ELEIÇÃO DE TRUMP PODE FAZER DÓLAR SUBIR AINDA MAIS, AFETAR EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS NO BRASIL, DIZ ECONOMISTA	39
GOVERNO VAI SUBSTITUIR TERMELÉTRICAS A DIESEL POR ENERGIA SOLAR EM FERNANDO DE NORONHA	40
AMAZON E MAGALU INVESTEM EM LOGÍSTICA PARA ENTREGAR MAIS E MAIS RÁPIDO NO NATAL E NA BLACK FRIDAY.....	41



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	43
PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA 1,6% E EMENDA 4 TRIMESTRES DE ALTA; SAIBA ONDE ELA CRESCEU MAIS E POR QUÊ	43
LEILÃO DE RODOVIA: ANTT PUBLICA EDITAL PARA CONCESSÃO DE TRECHO DA BR-364 EM RONDÔNIA	44
LEILÃO DA ROTA DO ZEBU: ROTAS DO BRASIL ARREMATAM CONCESSÃO COM DESCONTO DE 15,3% SOBRE TARIFA BÁSICA ...	45
AGRICULTORES PAULISTAS PEDEM A TARCÍSIO EXTENSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS AO SETOR ATÉ 2032.....	46
PIX PASSA O CARTÃO DE CRÉDITO COMO MEIO DE PAGAMENTO ONLINE PREFERIDO NO BRASIL, DIZ PESQUISA	48
EUA: ‘DADOS DE EMPREGO EM OUTUBRO SÃO UMA FARSA’, DIZ ECONOMISTA-CHEFE DA MOODY’S.....	49
PRESIDENTE DO BRADESCO SOBRE CORTE DE GASTOS POR LULA: ‘CHEGOU A HORA, ESTÃO DIZENDO E VÃO FAZER’	50
VALOR ECONÔMICO (SP)	53
TRIUNFO NÃO CHEGA A ACORDO SOBRE VIRACOPOS E ARBITRAGEM DA CONCESSÃO É RETOMADA	53
EDUARDO PAES CONFIRMA FECHAMENTO DO SANTOS DUMONT PARA O G20.....	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS	54
MODEC RESPONDE POR QUASE 40% DA PRODUÇÃO DA PETROBRAS NO CAMPO DE TUPI	54
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO STS08 SERÁ NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA (6).....	55
PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL ATINGIU MAIS DE 3 MILHÕES DE BOE/D EM SETEMBRO	55
BUNKER ONE E RAÍZEN FIRMAM ACORDO DE COMERCIALIZAÇÃO EXCLUSIVA DE LUBRIFICANTES MARÍTIMOS DA SHELL NO BRASIL	56
BRASKEM INICIA OPERAÇÕES NA CABOTAGEM E PROJETA AUMENTO DE FROTA ATÉ 2026	57
PRESERVAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO CONTINUA SENDO DESAFIO PARA SETOR	58
ANTAQ E GIZ LANÇAM ESTUDO DE DESCARBONIZAÇÃO EM PORTOS BRASILEIROS	60
MAERSK REPORTA CRESCIMENTO E ATUALIZA PROJEÇÃO PARA 2024	60
TRANSPORTADORAS ELEVAM TARIFAS SPOT E INTENSIFICAM NEGOCIAÇÕES PARA CONTRATOS DE 2024	61
WILSON SONS INICIARÁ EM 2025 CONSTRUÇÃO DE 3 REBOCADORES SUSTENTÁVEIS.....	62
SANTOS BRASIL ANUNCIA PLANO PARA NEUTRALIDADE DE CARBONO ATÉ 2040.....	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	64
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	64



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

RIGOR DA LEGISLAÇÃO DESACELEROU INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS ANOS NOS PORTOS, DIZ ESPECIALISTA

Consultor diz que Lei dos Portos em vigor aumentou burocracia, gerando gargalo ao desenvolvimento do setor

Por **Bárbara Farias**



Especialista diz que a legislação é o maior gargalo nos arrendamentos portuários hoje (FreePik)

O setor portuário brasileiro é visado por empresas nacionais e multinacionais, com oferta bilionária de investimentos, mas as concessões de áreas públicas avançam muito aquém do esperado, pois o maior entrave ao desenvolvimento é legal e regulatório. Há 31 anos, a Lei de Modernização dos Portos (8.630/1993) instituiu o arrendamento portuário, cujas regras foram aperfeiçoadas por meio da Lei de Concessões (8.987/1995). O marco legal

foi revisado com a Lei dos Portos (12.815/2013), mas o arcabouço mais rígido acabou por desacelerar concessões.

O consultor em regulação, planejamento e avaliações econômicas em setores de transportes, Luiz Soggia, que também é diretor de Projetos de Infraestrutura e Capital do escritório Alvarez & Marsal Brasil, afirma que a legislação é o maior gargalo nos arrendamentos portuários hoje.

“Tudo o que tem no contrato de arrendamento é vinculante, ou seja, qualquer novo investimento, expansão de área ou alteração é entendido como uma alteração contratual e, conseqüentemente, passível de um reequilíbrio econômico-financeiro. Então, deve-se fazer um EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) ou fluxo de caixa descontado, o que torna o processo ineficiente e subjetivo. Um EVTEA é sempre questionável e isso é desnecessário”, explica Soggia.

“Se eu quero expandir uma área ou fazer novos investimentos em equipamentos, tudo é encaminhado para avaliação de diferentes agentes como a Autoridade Portuária, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e, em alguns casos, ao Tribunal de Contas da União (TCU), que geram impedâncias nesses contratos, no sistema portuário. O resultado é uma dinâmica muito abaixo da necessária para esses terminais operarem em regime de eficiência”, complementa.

O consultor diz que o espírito da Lei 8.630/1993 era que os arrendamentos fossem mais flexíveis, pois ainda não era exigido EVTEA para os investimentos e o operador tinha mais autonomia sobre a área explorada.

Segundo Soggia, as regras se tornaram mais rígidas e ele avalia a necessidade de uma melhora na gestão das autoridades portuárias e melhor definição sobre as atuações dos demais agentes de regulação nos processos.

“A gestão contratual e a ineficiência na gestão dos arrendamentos só foi piorando ao longo dos anos, desde a Lei 8.630. As camadas burocráticas foram aumentando e gerando processos cada vez mais longos. Nunca tivemos melhoria”.

Soggia ressalta que, hoje, se o investidor privado tiver opção, ele investe em Terminal de Uso Privado (TUP) em vez de arrendamento. “A insegurança jurídica é menor e a capacidade de ele se adequar à dinâmica da navegação internacional e da movimentação portuária é muito mais fácil”. Para ele, os processos nos TUPs são mais simples e os tornam mais competitivos em comparação aos arrendamentos.

Soggia espera que com o anteprojeto feito pela da Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos) a desburocratização legal e regulatória seja posta em prática. A proposta será enviada à Câmara Federal para que sirva de base à elaboração do novo projeto de Lei dos Portos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/11/2024

PORTO DE SANTOS TERÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LEILÃO DE TERMINAL PARA COMBUSTÍVEIS

Debate será exclusivamente virtual, transmitido pela internet
Por ATribuna.com.br



Prédio da Autoridade Portuária de Santos (APS) (Divulgação)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) realiza, na próxima quarta-feira (6), às 9 horas, audiência pública sobre o leilão da área STS08, terminal dedicado a granéis líquidos minerais situado na Margem Direita do Porto de Santos.

O debate será exclusivamente virtual, transmitido pela internet no canal do YouTube da APS e aberta para todos.

Quem quiser se manifestar durante a audiência pública tem até domingo para fazer a inscrição no site da APS. Os interessados podem clicar no ponto mais alto da página inicial, ao lado da busca, no item “Acesso à Informação” e, a seguir, no círculo verde denominado “Participação Social”. Na sequência, clicar na linha “Audiências e Consultas Públicas”, que terão acesso ao link do Participa + Brasil e à Consulta Pública 04/2024 – STS08.

A audiência pública faz parte da consulta pública sobre o arrendamento do terminal. Para a área, estão previstos quatro novos berços, mais tanques e dois viadutos.

É um espaço de 152,2 mil metros quadrados (m²), localizado na Alemoa, visando o aumento de capacidade de tancagem (armazenamento) de granéis líquidos, principalmente combustíveis.

A expectativa é que, depois de 30 dias de contribuições recebidas, a APS encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/11/2024

CEPORTOS PROPÕE DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AGILIZAR PARTICIPAÇÃO PRIVADA NOS PORTOS; ENTENDA

Anteprojeto com sugestões para o novo marco legal pode ser entregue à Câmara Federal ainda nesta semana. Veja lista de propostas

Por Bárbara Farias, da Redação, e Maurício Martins, enviado a Brasília



Ceportos propõe mudanças de impacto direto em concessões, arrendamentos e autorizações nos portos, e nas relações de trabalho (Vanessa Rodrigues/AT)

A proposta conceitual do novo marco legal dos portos sugere a descentralização de competências do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), atribuindo uma parte delas à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de regulação, e às autoridades portuárias. A peça foi produzida pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos) e a Tribuna teve acesso às sugestões pontuais do documento, com

exclusividade, durante o 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna, em Brasília, na terça-feira.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar, que presidiu a Ceportos, detalhou a proposta em sua palestra, afirmando que o objetivo da contribuição é atualizar o arcabouço legal, simplificando e agilizando processos de concessões, arrendamentos e autorizações nos portos, aperfeiçoando a segurança jurídica nos contratos e expandindo o mercado de trabalho, com estímulo à qualificação de mão de obra portuária operária. Dessa forma, alavancará o desenvolvimento socioeconômico doméstico e a competitividade no exterior.

“A modernização do setor portuário iniciou em 1993 (Lei Federal 8.630), avançou em 2013 (Lei Federal 12.815) e, agora, é o momento de revisitar inovações e fazer novos ajustes. Precisamos discutir sustentabilidade ambiental, divisão de competências entre a União e a Antaq, segurança jurídica, desburocratização, governança e as questões relacionadas ao trabalho”, comentou Alencar.

Segundo o jurista, o anteprojeto ainda não foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). “Estamos aguardando a agenda do deputado permitir esse encontro, o que deve acontecer ainda nesta semana”.

No que se refere à descentralização de competências, a Ceportos propõe que as concessões de portos públicos permaneçam com o MPor, mas que as autorizações de terminais de uso privado (TUPs) sejam conduzidas pela Antaq, delegando ainda às autoridades portuárias as concessões de canais de acesso, arrendamentos de terminais portuários ou de cruzeiros e a dragagem.

Princípios

A pauta é baseada em princípios como segurança jurídica, regulação equilibrada, intervenção subsidiária do Estado sobre atividades econômicas, livre concorrência, valorização do trabalho humano, preservação do meio ambiente e sustentabilidade, inovação e tecnologia, proteção aos direitos dos usuários, eficiência, desburocratização, integração da infraestrutura portuária, redução de custos logísticos, aumento da oferta logística, eficiência e garantia da continuidade de serviços portuários e integração Porto-Cidade.

Quanto à segurança jurídica, são propostas regras claras e estáveis, proteção para investimentos de longo prazo, regulação equilibrada entre interesses público e privado, intervenção estatal subsidiária na economia, centralidade dos papéis estatais de regulação e fiscalização, eficiência e inovação pelo setor privado e livre competição entre operadores.

Trabalho

A questão trabalhista é a mais delicada, de acordo com Alencar. A Ceportos propõe a redefinição do conceito de trabalhador portuário avulso, restringindo as categorias a estivador, capatazia e conferente.

Sugere também a criação da modalidade de cooperado e da Empresa Prestadora de Trabalho Portuário (EPTP), em concorrência ao Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), transfere a escala de trabalhadores ao operador portuário, propõe terceirização nos portos privados, entre outras medidas (veja lista abaixo).

Juristas propõem aumento das atribuições da agência reguladora

A Ceportos propõe a transferência de uma série de competências da União à Antaq no anteprojeto que será encaminhado à Câmara Federal como sugestão para o novo projeto de lei dos portos.

Entre os principais pontos, a comissão sugere que a agência reguladora assuma, por exemplo, as outorgas de autorizações para TUPs, de instalações portuárias de pequeno porte, de estação de transbordo de mercadorias fora de poligonais de portos públicos, de hidrovias e vias navegáveis, além de fiscalizar os contratos e serviços prestados pelos autorizatários.

Os juristas propõem ainda que a autarquia regule as tarifas portuárias, estabeleça normas e padrões a serem cumpridos pelos entes do setor, como autoridades portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores, e fiscalize todos eles.

Já ao Executivo Federal, por meio do MPor, a Ceportos atribui o planejamento e a instituição de políticas públicas do setor portuário, bem como a elaboração de planos diversos como os gerais de outorgas e os setoriais, além de firmar contratos de gestão com as autoridades portuárias.

O grupo propõe também que a União responda pelas definições ou revogações de poligonais de portos públicos, exceto por revogações de poligonais de portos estratégicos, e discipline e atualize os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

Principais propostas

Divisão de competências

- Concessão de portos públicos a cargo do MPor
- Autorizações de portos privados (TUPs) pela Antaq
- Dragagem, concessão de canais de acesso, arrendamento de terminais portuários e de cruzeiros pelas autoridades portuárias

Segurança jurídica

- Regras claras e estáveis para o setor portuário
- Mais segurança nos contratos, protegendo investimentos de longo prazo
- Regulação equilibrada entre interesses público e privado
- Centralidade dos papéis estatais de regulação e fiscalização
- Eficiência e inovação a cargo do setor privado
- Liberdade de competição entre operadores

Atribuições da União

- Planejar e estabelecer políticas públicas do setor portuário
- Elaborar os planos gerais de outorgas e os planos setoriais portuários
- Estabelecer plano de metas e firmar contrato de gestão com as autoridades portuárias
- Definir, revisar ou revogar poligonais de portos públicos, exceto revogar poligonais de portos estratégicos
- Disciplinar conteúdo, forma e periodicidade de atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ)
- Estabelecer diretrizes para o Regulamento de Exploração do Porto (REP)
- Elaborar o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária
- Autorizar a abertura de capital das autoridades portuárias

Responsabilidades da Antaq

- Outorgas de autorização para instalações portuárias de pequeno porte, TUPs, estação de transbordo de mercadorias fora de poligonais de portos públicos, hidrovias e vias navegáveis
- Autorizar a transferência de controle societário ou de titularidade de contratos
- Propor ao ministério competente o plano geral de outorgas
- Regular as tarifas portuárias
- Estabelecer normas e padrões a serem observados por autoridades portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários
- Promover o cumprimento de atos internacionais sobre navegação e portos ratificados pela União
- Regular e fiscalizar o funcionamento e a prestação de serviços de empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário, fluvial e lacustre
- Fiscalizar as atividades de autoridades portuárias de portos públicos, operadores, arrendatários, autorizatários e concessionários - Conciliar e decidir os conflitos não resolvidos pela autorregulação
- Promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias

Trabalho portuário

- Modalidades: vinculado, avulso e cooperativado - Avulsos: estiva, capatazia e conferente
- Ternos a cargo do operador
- Serviço com liberdade para avulsos e celetistas
- Transição de cinco anos aos atuais trabalhadores portuários avulsos (TPAs)
- Registro junto à Antaq dos trabalhadores certificados
- Definição de atividades prescindíveis - Terceirização nos portos privados
- Modelo concorrencial entre Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) e Empresa Prestadora de Trabalho Portuário (EPTP)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2024

RECICLAR NAVIOS DE FORMA ADEQUADA É A MISSÃO PARA 2025

Convenção Internacional de Hong Kong entrará em vigor em junho

Por Agência gov



Navigation channel depth in Santos currently ranges between 13.5 meters and 14.5 meters, preventing ships from being fully loaded (Silvio Luiz/AT)

O Brasil se prepara para adaptar sua frota de navios mercantes às exigências da Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios, da Organização Marítima Internacional (IMO, em inglês). Ela entrará em vigor em junho de 2025.

A Comissão Coordenadora para os Assuntos da IMO (CCA-IMO), um colegiado interministerial coordenado pela Marinha e formado por representantes de 14 órgãos da administração pública federal, deu início ao processo, com proposta encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores.

As pastas envolvidas devem emitir pareceres sobre o documento, que então será remetido pela Casa Civil da Presidência da República ao Congresso Nacional para apreciação das comissões pertinentes e do plenário das casas. A Convenção prevê medidas para prevenir e minimizar os riscos ambientais, de saúde ocupacional e de segurança, relacionados à reciclagem de navios, considerando as características específicas do transporte marítimo e a necessidade de assegurar, ao final de suas vidas úteis, a retirada adequada do ambiente.

Uma vez que a Convenção entre em vigor internacionalmente e o Brasil finalize os processos de adesão junto à IMO e de internalização no arcabouço legal nacional, deverão surgir os desafios relativos à implementação de suas disposições. A Autoridade Marítima Brasileira normatizará as ações.

Os requisitos para o texto entrar em vigor foram atingidos em junho de 2023, com as adesões de Bangladesh e da Libéria. Eram necessárias as participações de 15 países, cujas frotas mercantes somassem pelo menos 40% da arqueação bruta da frota mercante mundial e cujos volumes de reciclagem feitas nos últimos 10 anos representassem 3% da soma de suas frotas.

A Convenção prevê a aplicação das regras a embarcações com arqueação bruta (volume interno do navio) superior a 500. Ainda não há previsão do número de navios brasileiros impactados em razão de diferenças quanto ao tamanho das embarcações contempladas pelo acordo internacional e pela legislação brasileira, em discussão no Congresso, via Projeto de Lei (PL) 1.584/2021.

Saiba mais

A IMO é a agência especializada das Nações Unidas, sediada em Londres, na Inglaterra, que tem como missão a promoção do transporte marítimo internacional seguro, protegido e ambientalmente eficiente e sustentável.

O Brasil é membro da instituição desde 1963 e, desde 1967, integra o Conselho da IMO – categoria reservada a países com o maior interesse no comércio marítimo mundial.

O Brasil conta com mais de 95% de suas trocas comerciais movimentadas por via marítima.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2024

GOVERNO DE SÃO PAULO PROSEGUE COM OBRAS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ

Objetivo é melhorar as condições de navegação para o transporte de cargas

Por ATribuna.com.br



Objetivo é melhorar as condições de navegação para o transporte de cargas (Semil/Governo de SP/Divulgação)

O Governo do Estado dá prosseguimento às obras na Hidrovia Tietê-Paraná, cujo objetivo é melhorar as condições de navegação para o transporte de cargas.

Na semana passada, houve a implosão parcial de uma ponte que cruza o Rio Tietê na cidade de

Barbosa, que fica na região de Araçatuba. Ela será substituída por uma ponte metálica. Dessa forma, ampliando o vão de navegação de 39 para 110 metros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2024

Projeto tem como objetivo a transição energética do arquipélago e permitirá que 85% da geração de energia de Fernando de Noronha seja limpa e renovável

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Noronha vai se tornar a primeira ilha habitada na América Latina a não depender de diesel para geração de eletricidade. Foto: MME/Divulgação

O Ministério de Minas e Energia (MME) autorizou, nesta sexta-feira (1º), que a Neoenergia invista cerca de R\$ 300 milhões em ativos de energias renováveis em Fernando de Noronha (PE) para que se torne a primeira ilha habitada na América Latina a não depender de diesel para geração de eletricidade.

A portaria assinada pelo ministro Alexandre Silveira define que a distribuidora deverá instalar uma planta híbrida de geração solar fotovoltaica combinada a um banco de baterias. Este avanço permitirá à ilha ampliar sua capacidade de geração de energia renovável, reduzindo a dependência do combustível fóssil e promovendo um modelo mais sustentável. O projeto, desenvolvido em parceria com a Neoenergia, está alinhado com as metas de neutralidade de carbono até 2030.

A ideia da distribuidora é instalar painéis fotovoltaicos associados a baterias com potencial de reduzir 85% das emissões de gases do efeito estufa, além de executar ações de eficiência energética. De acordo com a portaria, a distribuidora deve apresentar um plano de investimento em até 30 dias para Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A publicação também autoriza o reforço imediato no provimento de energia da ilha até a nova solução, que deverá entrar em operação até 2027.

As novas aplicações irão garantir maior segurança energética, com ampliação da oferta de energia para os 140 mil moradores e turistas que passeiam pela ilha durante o ano. A iniciativa define, ainda, a condição de que esses investimentos não tragam custo adicional para os consumidores. O próximo passo é a distribuidora dar prosseguimento ao licenciamento ambiental nos órgãos competentes federais e locais.

Noronha Verde

“Fernando de Noronha será ainda mais verde e hoje estamos dando um passo importante para isso: impulsionando a transição energética neste patrimônio ecológico natural no nosso país. Autorizamos um dos grandes projetos de geração de energia renovável centralizada, visando a descarbonização da ilha e o fortalecimento das fontes renováveis no país”, destacou o ministro Alexandre Silveira.

De acordo com a Neoenergia, responsável pela operação, o sistema híbrido combina a geração solar fotovoltaica a uma estrutura de armazenamento por baterias, o que permitirá manter o fornecimento de energia mesmo em períodos sem luz solar direta.

O CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, também destacou os impactos positivos da iniciativa tanto regional quanto nacionalmente. “Este projeto representa um grande avanço para a Ilha e para o setor elétrico nacional, na medida em que viabiliza a produção de energia renovável num sistema isolado como o de Fernando de Noronha, Patrimônio Natural Mundial pela Unesco. A iniciativa reforça o compromisso da Neoenergia com a sustentabilidade e a inovação em busca de uma transição energética para todos. Além de reduzir emissões, o aumento da geração renovável permite reduzir peso de encargos e subsídios conferidos à energia gerada por combustível fóssil e que são pagos por todos os consumidores do país”, afirma Capelastegui.

Com a capacidade de armazenamento, a planta será capaz de sustentar a demanda energética durante a noite e em dias nublados, proporcionando maior estabilidade ao sistema elétrico da ilha.

Além de contribuir para a autossuficiência energética, a planta híbrida representa um avanço estratégico no plano de transição energética de Fernando de Noronha, onde a preservação ambiental é prioridade. A secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Ana Luíza Ferreira, enfatizou a importância da medida: “Com essa tecnologia, estamos construindo um modelo exemplar de sustentabilidade, reforçando o compromisso do Estado com a proteção de Noronha e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”

*Com informações do Governo Federal e da Neenergia

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 01/11/2024

BANCADA PERNAMBUCANA SE DIVIDE SOBRE TAXAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS

Na votação da Câmara dos Deputados, dos deputados da bancada pernambucana se dividiram: oito foram contra e outros 8 a favor

Por Márcio Didier - marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



A Câmara rejeitou a taxaço das grandes fortunas, com a bancada pernambucana dividida Foto: Mário Agra/Câmara

Uma bancada dividida. Os deputados federais estavam entre três blocos na votação da emenda do PSOL, que pretendia instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), classificadas como o conjunto de bens que ultrapasse R\$ 10 milhões. A matéria fazia parte dos destaques a um dos trechos da reforma tributária, aprovada no primeiro semestre e foi reprovada por 262 votos contra e 136 a favor no plenário

da Câmara dos Deputados.

Dos 16 deputados pernambucanos presentes à votação, oito votaram a favor da taxaço das grandes fortunas, enquanto outros oito votaram contra a matéria. Outros nove deputados não compareceram à votação da proposta.

As federações PT-PCdoB-PV e PSOL-Rede, além do PSB, orientaram voto favorável ao imposto sobre grandes fortunas. Com partidos apresentando divergências em relação ao tema, o governo liberou a bancada para que cada deputado votasse da forma que considerasse melhor.

Entre os pernambucanos, seguiram a orientação dos partidos e se colocaram a favor da matéria os deputados Carlos Veras (PT), Clodoaldo Magalhães (PV), Eriberto Medeiros (PSB), Guilherme Uchoa (PSB), Lucas Ramos (PSB), Maria Arraes (Solidariedade), Renildo Calheiros (PCdoB) e Túlio Gadêlha (Rede).

Por outro lado, votaram contra a taxaço das grandes fortunas os parlamentares Augusto Coutinho (Republicanos), Coronel Meira (PL), Eduardo da Fonte (PP), Fernando Coelho Filho (União), Iza Arruda (MDB), Lula da Fonte (PP), Ossésio Silva (Republicanos) e Pastor Eurico (PL).

Um terço da bancada ausente

Pouco mais de um terço da bancada pernambucana não compareceu à votação. Dos nove ausentes, teve um motivo nobre para faltar. A esposa do deputado Pedro Campos deu à luz Nina, a primeira filha do casal, nesta quarta-feira (30). Também não estiveram presentes André Ferreira (PL), Michele Collins (PP) – ela estava no lugar da deputada licenciada Clarissa Tércio (PP), mas a licença acabou na terça – Waldemar Oliveira (Avante), Fernando Monteiro (PP), Felipe Carreras (PSB), Mendonça Filho (União Brasil), Luciano Bivar (União Brasil) e Fernando Rodolfo (PL)

Com a votação dos destaques, a Câmara dos Deputados concluiu a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que cria regras de gestão e cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o segundo projeto da reforma tributária. A proposta será enviada ao Senado. Os

deputados votaram emendas e destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos do texto do relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), cujo texto-base foi aprovado no primeiro semestre.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 01/11/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ ENTENDE SER POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES E LOCAÇÃO, POR TERCEIROS, EM TUPS

Empresas terão que enviar cópia dos contratos de prestação de serviços e locações em até 30 dias



Foto: Embraport, em Santos (SP)

Brasília, 01/10/2024 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) concluiu pela possibilidade de terceirizar operações e de locação de parte da área de Terminais de Uso Privado (TUPs) para terceiros.

A deliberação determina ainda que as empresas encaminhem à Agência cópia dos contratos de prestação de serviços e de locação em um prazo de até 30 dias após a celebração do acordo.

Com isso, os autorizatários poderão celebrar contratos privados dessa natureza, desde que atendidas as seguintes premissas: seja mantida a responsabilidade integral do titular da outorga perante a ANTAQ e demais autoridades competentes; não haja desvirtuamento do objeto da outorga ou transferência de responsabilidade regulatória.

Além disso, é preciso ser preservada a competência da ANTAQ para intervir e adotar medidas cabíveis em casos concretos, sempre que necessário; não pode existir cláusulas no contrato de adesão que vede a operação portuária por terceiros.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 01/11/2024

ANTAQ É RECONHECIDA NOVAMENTE POR MELHORES PRÁTICAS REGULATÓRIAS

A Agência recebeu, nesta sexta-feira (1º), menção honrosa em premiação da FGV



Brasília, 01/11/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) recebeu, em cerimônia realizada nesta sexta-feira (1º), menção honrosa no Prêmio FGV Direito Rio de Melhores Práticas em Regulação 2024.

O trabalho agraciado foi o “Mensuração da Efetividade dos Eventos de Participação Social da ANTAQ”, que trata da proposição de indicadores para medir a efetividade dos eventos de participação social nos termos e da Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Sistemas de Participação Social.

Estavam presentes para o recebimento do prêmio a diretora Flávia Takafashi, que relatou o processo da nova metodologia e o superintendente de Regulação da ANTAQ, José Renato Fialho.

Sobre o estudo

Com o projeto, que foi iniciado em 2020, foi criada uma metodologia e indicadores que mensuram a efetividade dos eventos de participação social. Essa avaliação faz parte do programa de Qualidade Regulatória da Agência, um tema de extrema importância para a ANTAQ.

O estudo garante mais maturidade regulatória, legitimidade das decisões que são tomadas e contribui para um ambiente regulatório mais aberto e responsivo às demandas sociais e econômicas.

Reconhecimento

Essa é a segunda vez no ano que a Agência é reconhecida pela sua excelência regulatória. Em julho, a ANTAQ recebeu, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), um selo ouro e dois selos prata na 2ª edição do Selo de Boas Práticas Regulatórias.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 01/11/2024

ESTUDO APRESENTA NÍVEL DE PREPARAÇÃO DOS PORTOS PARA RECEBER EMBARCAÇÕES DE BAIXO CARBONO

Diagnóstico, aprovado em julho, foi apresentado pela ANTAQ nesta quinta-feira (31), na FPPA



(BMWK) da Alemanha.

Brasília, 31/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou, nesta quinta-feira (31), o estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”, elaborado em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), no âmbito do projeto H2Uppp (International Hydrogen Ramp-Up Programme), financiado pelo Ministério da Economia e Ação Climática

A Agência firmou com a GIZ, em setembro de 2023, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que prevê a elaboração de projeto dividido em três eixos. O primeiro foi uma revisão da experiência internacional, análise de documentos, artigos técnicos e científicos e estudos sobre transição energética e descarbonização no transporte marítimo e nos portos.

O Eixo 2 foi a entrega desse estudo de descarbonização nos portos. Por fim, o terceiro eixo, que está em fase de elaboração pela ANTAQ, é um estudo de caso para fazer um levantamento das iniciativas estabelecidas de transição energética nos portos do Açu (RJ), Itaqui (MA), Paranaguá (PR), Pecém (CE) e Santos (SP).

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, elogiou as entregas desse acordo e garantiu que “a terceira etapa vai trazer mais evidências, conclusões e endereçamentos para o setor sobre esse assunto, que é um dos mais importantes da agenda de infraestrutura portuária”.

A apresentação do levantamento foi feita na Frente Parlamentar Mista de Porto e Aeroportos (FPPA) pelo superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da ANTAQ, Bruno Pinheiro, e pelo assessor técnico da GIZ, Carlos Divino.

O levantamento teve como objetivo verificar como as infraestruturas portuárias brasileiras (públicas e privadas) estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde,



produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas Onshore Power Supply (OPS).

Uma das pautas de maior importância na ANTAQ é a sustentabilidade, levando isso em consideração, o diagnóstico vai permitir que a Agência elabore orientações e diretrizes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa por navios em portos e viabilizar a descarbonização da infraestrutura portuária e dos serviços portuários prestados.

Iniciativas avançadas

O estudo apontou quais iniciativas se destacaram pelo estágio mais avançado em comparação com as demais. Entre elas, estão o fornecimento de combustíveis menos poluentes e o planejamento e implementação de medidas de eficiência energética.

Os sistemas inteligentes de gerenciamento da logística portuária, a geração de energia renovável para atividades operacionais e administrativas, os incentivos econômico-financeiros para embarcações menos poluentes e a eletrificação de equipamentos operacionais também estão entre as ações mais avançadas nos portos brasileiros.

Combustíveis usados

No levantamento foi observado a predominância do uso de combustíveis fósseis, como o diesel marítimo, o bunker convencional (também conhecido como óleo combustível marítimo) e o bunker com baixo teor de enxofre.

Segundo o estudo, combustíveis com baixo teor de carbono, como o biodiesel, o Gás Natural Liquefeito (GNL) e o Diesel Marítimo (MGO) são pouco comuns nas instalações portuárias.

Preparação para transição

A presença de um inventário de emissão de carbono e de metas de redução de emissões também foram mapeadas entre os portos brasileiros. Nos dois casos o percentual de adesão ainda é baixo.

Em relação ao inventário, os Terminais de Uso Privado (TUPs) têm o maior percentual em comparação com o porto público. Os motivos apontados pelos terminais foram pressão de mercado, políticas corporativas e o Índice de Desempenho Ambiental (IDA).

O índice permite que a ANTAQ, que foi precursora na aplicação dessa metodologia, avalie a eficiência e a qualidade da gestão ambiental dos portos brasileiros. Esse projeto garante a melhora dos níveis de sustentabilidade no setor portuário.

Sobre as metas de redução de emissões, os respondentes apontaram que um dos principais desafios para não conseguirem definir esse percentual é a ausência de inventário. Destacaram ainda que, entre as instalações com metas definidas, os reportes desses dados são feitos em sua maioria em relatórios de sustentabilidade.

Nesse sentido, a ANTAQ deve implementar em breve o inventário de emissão de carbono do setor aquaviário, com o intuito de fazer um levantamento dessas emissões em todos os portos brasileiros.

Desafios

A Agência também buscou entender quais os principais desafios das instalações portuárias para iniciar a transição energética e pontos como falta de capacitação, como será feita a coleta de dados, equipe insuficiente e falta de recursos financeiros foram apontados.

Robustez tecnológica e o custo de implementação dessa tecnologia também são respostas frequentes, principalmente para medidas ligadas à produção e exportação de hidrogênio de baixo

carbono e seus derivados, nos sistemas OPS (On-Shore Power Supply), medidas de eficiência energética e eletrificação.

Desafios mercadológicos sobre o fornecimento de combustíveis menos poluentes e a necessidade de clareza das demandas do mercado, complexidade burocrática e aspectos regulatórios também são citados.

Tendo em vista esses desafios mapeados, a Agência fez algumas sugestões com soluções eficazes para garantir mais celeridade na transição energética no setor, como o desenvolvimento do inventário setorial de emissões.

Além disso, também se recomenda a incorporação de mais questões sobre descarbonização no formulário do IDA, a definição de mecanismos indutores para a implantação de Sistema OPS e a estruturação de fórum nacional de discussão que articule as diversas redes que tratam da descarbonização.

Outros tópicos são: fazer um programa de conscientização para a elaboração de inventários e estratégias de descarbonização, desenvolver a trajetória de emissões setoriais com levantamento de projetos e construção da análise de custo-benefício e a regulamentação que promova a utilização de combustíveis alternativos em embarcações, em articulação com o Ministério de Minas e Energia.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 01/11/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

EM EVENTO DO MERCADO DE INFRAESTRUTURA, SILVIO COSTA FILHO APRESENTA CARTEIRA DE CONCESSÕES DO MINISTÉRIO

Na ocasião, o ministro destacou o crescimento da economia brasileira que, hoje, possui R\$ 1,3 trilhão de investimentos privados anunciados



Ministro participou da abertura da 10ª Edição do Brazil GRI Infra & Energy 2024 - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Em São Paulo, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quinta-feira (31) da abertura do Brazil GRI Infra & Energy 2024. A 10ª edição do evento reuniu líderes das áreas de energia, transportes, saneamento, mobilidade e infraestrutura para discutir desenvolvimento e financiamento de projetos para impulsionar o crescimento da economia brasileira.

Costa Filho apresentou a carteira de concessões do MPor e falou sobre a situação dos setores aeroportuários e portuários e sobre o crescimento da economia brasileira. “Hoje, temos R\$ 1,3 trilhão de investimentos privados anunciados no Brasil. Só no setor portuário, nós já temos quase R\$ 40 bilhões de investimentos anunciados e contratados. No setor automotivo, R\$ 120 bilhões, na construção civil, mais de R\$ 40 bilhões. Estamos vendo um volume de investimentos consideráveis no Brasil e isso significa dizer que nós temos tudo para fazer essa economia crescer”, disse.

Em 2024, o Brasil atraiu US\$ 28,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, com o crescimento dos investimentos produtivos em 23,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os



números refletem a política do governo brasileiro de promover reformas estruturantes como a tributária e responsabilidade fiscal para atrair investidores que desejam fazer negócios no país.

Na infraestrutura, a Lei 14.801/24 facilitou a emissão das debêntures incentivadas e criou uma nova modalidade, as debêntures de infraestrutura. A mudança permite que uma empresa lance dívidas tanto para um projeto que está sendo construído quanto para um que já foi concluído no passado.

No setor portuário, o ministro apresentou a carteira de concessão 2024-2026 com aproximadamente R\$ 20 bilhões em investimentos e destacou os recursos do Fundo da Marinha Mercante para aqueles interessados em investir no setor. “Todo recurso do Fundo está preservado no Brasil. Com uma portaria assinada pelo governo, podemos investir R\$ 7 bilhões, dos R\$ 10 bilhões, na navegação e 30% no setor portuário, com as melhores taxas do mercado.”

Silvio Costa Filho também falou sobre os leilões dos portos que serão promovidos pelo MPor. “Nos próximos dois anos, vamos promover o maior volume de leilões da história portuária brasileira. Serão quase 45 leilões ao longo desse período. A gente tem procurado simplificar, desburocratizar, fazer investimentos públicos e privados. E, naturalmente, dialogando com a sustentabilidade e com a descarbonização. Nós estamos muito confiantes, este ano a gente espera um crescimento em mais de 6% no setor portuário brasileiro e eu quero cada vez mais poder dialogar com o setor produtivo”, afirmou.

O ministro destacou ainda alguns números do setor portuário que elevam a sua importância para a economia brasileira. “É um setor que gera mais de 400 mil empregos e que dialoga com a globalização internacional. Nesses últimos 30 dias, nós tivemos quase R\$ 20 bilhões de reais de investimentos no país, com a compra da CMA CGM da Santos Brasil (R\$ 13 bilhões), e a venda da Wilson Santos, quase R\$ 6 milhões, fora outros empreendimentos que estamos trazendo, a exemplo da Maersk que nós vamos agora, no dia 22 de novembro, em Pernambuco anunciar investimentos e vai ajudar no escoamento da produção e colocar o nordeste e o estado de Pernambuco na rota do desenvolvimento internacional”.

Sobre hidrovias, Costa Filho explicou sobre o lançamento do projeto piloto da Hidrovia Rio Madeira, importante para o escoamento da produção agrícola de Rondônia, do Nordeste e de Mato Grosso, o leilão previsto para o primeiro semestre de 2025, e os seis projetos estratégicos para o setor em estudo, como o das hidrovias do tapajós, do Barra Norte, Rio Tocantins, do Paraguai e Lagoa Mirim. “Temos cinco concessões hidroviárias no Brasil para que possamos sair de 12.000 km navegáveis para buscar 40.000 km. Isso vai ajudar na mobilidade urbana, como vocês sabem a cada 25 barcaças, nós estamos tirando mais de 500 caminhões da estrada, além de reduzir 40% o custo da produção.

Na aviação, Costa Filho afirmou que o Ministério está estruturando um programa para apoiar estados e municípios na elaboração de estudos e projetos para aeroportos regionais, de modo a torná-los ativos mais interessantes para o setor privado. “O TCU, após quase um ano de discussão, nos deu a validação para o primeiro programa de aviação regional do Brasil, em que vamos prorrogar o tempo de exploração das concessões. Para que as concessionárias possam, em contrapartida, administrar aeroportos menores, regionais, e fazer investimentos, requalificar e melhorar a infraestrutura. A ideia está sendo construída na nossa Secretaria de Aviação Civil (SAC)”, explicou.

O ministro falou ainda sobre colocar em consulta pública, nos próximos 30 dias, 50 aeroportos privados no Brasil e um segundo bloco com mais 50, que podem chegar até 102 aeroportos, com olhar sobretudo para a região Norte e Nordeste do Brasil. “Em São Paulo, nós vamos fazer um novo Aeroporto de Olímpia por conta do impacto do Turismo lá naquela região, nós vamos anunciar agora, dia 21 de dezembro, R\$ 2 milhões de investimentos privados da AENA no aeroporto de Congonhas”, informou.

VOA BRASIL TRANSPORTA EM TRÊS MESES O EQUIVALENTE A 100 AERONAVES LOTADAS DE APOSENTADOS

Cerca de 16 mil passagens foram reservadas para todos os estados brasileiros com passagens de até R\$ 200 o trecho



Primeira etapa do programa foi lançada em julho em parceria com as companhias aéreas - Foto: Divulgação/MPor

Primeiro programa de inserção social da aviação brasileira, o Voa Brasil colocou no ar o equivalente a mais de 100 aeronaves lotadas de aposentados em seus primeiros três meses de funcionamento. Foram quase 16 mil reservas efetuadas por aposentados do INSS que não viajavam há pelo menos um ano.

Os números são do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que lançou a primeira etapa do programa no dia 24 de julho em parceria com as companhias aéreas, para destinar aos beneficiados passagem de até R\$ 200 o trecho, aproveitando períodos de baixa temporada e assentos ociosos.

“São pessoas que estão conseguindo reencontrar familiares ou conhecer um neto que mora distante, ou simplesmente viajando para aproveitar a vida. O programa traz dignidade e autoestima a pessoas que não costumam viajar ou mesmo que nunca viajaram de avião”, comentou o ministro Sílvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos.

As passagens podem ser adquiridas exclusivamente no site www.gov.br/voabrasil e, por motivo de segurança, o aposentado deve ter cadastro ouro ou prata para comprar sua passagem. Nestes primeiros três meses, o programa foi acessado por mais de 100 mil CPFs diferentes. O percentual de compra (cerca de 15%) é superior ao verificado nos sites das companhias aéreas, que não chega a 3%.

Os aposentados viajaram para todos os estados brasileiros, envolvendo 74 cidades diferentes entre origem e destino. Isto representa metade dos aeroportos com voos regulares no país. Mas os principais destinos ficaram concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, que tiveram respectivamente 44% e 40% das passagens adquiridas.

Entre os 10 destinos mais procurados, seis ficam no Nordeste, três no Sudeste e um no Centro-Oeste. Pela ordem de vendas estão as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Brasília, Salvador, João Pessoa, Natal, Belo horizonte e Maceió, que receberam mais de 12 mil aposentados (77% do total).

O Nordeste também foi a região com mais cidades entre os 70 destinos procurados neste período. Foram 19 municípios: Fortaleza, Recife, Salvador, João Pessoa/Bayeux, Natal, Maceió/Rio Largo, São Luís, Aracaju, Porto Seguro, Juazeiro do Norte, Teresina, Petrolina, Ilhéus, Vitória da Conquista, Imperatriz, Cruz, Barreiras, Mossoró e Campina Grande.

O Sudeste teve 17 destinos: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte/Confins, Campinas, Vitória, Uberlândia, Montes Claros, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Goianá, São José dos Campos, Uberaba, Araçatuba, Bauru, Governador Valadares, Presidente Prudente e Santana do Paraíso/Ipatinga.

Os aposentados procuraram 15 cidades da região Sul (Curitiba, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Navegantes, Caxias do Sul, Londrina, Cascavel, Maringá, Passo Fundo, Chapecó, Pelotas, Joinville, Pato Branco e Ponta Grossa); 13 na região Norte (Belém, Manaus, Santarém, Palmas, Porto Velho, Rio Branco, Marabá, Macapá, Boa Vista, Tabatinga, Parauapebas, Altamira e



São Gabriel da Cachoeira) e seis destinos no Centro-Oeste (Brasília, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá / Várzea Grande, Bonito e Sinop).

O MPor planeja ampliar o programa no primeiro semestre de 2025, para beneficiar estudantes universitários de baixa renda. O programa não utiliza recursos públicos e baseia exclusivamente nos assentos ociosos oferecidos pelas companhias aéreas.

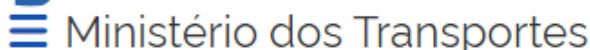
Veja os 20 principais destinos do período:

São Paulo	4559
Rio de Janeiro	1464
Fortaleza	1290
Recife	1177
Brasília	1008
Salvador	947
João Pessoa/Bayeux	527
Natal	489
Belo Horizonte/Confins	480
Maceió/Rio Largo	426
São Luís	354
Campinas	294
Aracaju	265
Porto Seguro	244
Belém	209
Juazeiro do Norte	206
Curitiba	201
Manaus	190
Vitória	185
Teresina	177

Assessoria Especial de Comunicação Social

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/11/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

EM EVENTO DO MERCADO DE INFRAESTRUTURA, SILVIO COSTA FILHO APRESENTA CARTEIRA DE CONCESSÕES DO MINISTÉRIO

Na ocasião, o ministro destacou o crescimento da economia brasileira que, hoje, possui R\$ 1,3 trilhão de investimentos privados anunciados



Ministro participou da abertura da 10ª Edição do Brazil GRI Infra & Energy 2024 - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Em São Paulo, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quinta-feira (31) da abertura do Brazil GRI Infra & Energy 2024. A 10ª edição do evento reuniu líderes das áreas de energia, transportes, saneamento, mobilidade e infraestrutura para discutir desenvolvimento e financiamento de projetos para impulsionar o crescimento da economia brasileira.

Costa Filho apresentou a carteira de concessões do MPor e falou sobre a situação dos setores aeroportuários e portuários e sobre o crescimento da economia brasileira. “Hoje, temos R\$ 1,3 trilhão de investimentos privados anunciados no Brasil. Só no setor portuário, nós já temos quase R\$ 40



bilhões de investimentos anunciados e contratados. No setor automotivo, R\$ 120 bilhões, na construção civil, mais de R\$ 40 bilhões. Estamos vendo um volume de investimentos consideráveis no Brasil e isso significa dizer que nós temos tudo para fazer essa economia crescer”, disse.

Em 2024, o Brasil atraiu US\$ 28,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, com o crescimento dos investimentos produtivos em 23,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os números refletem a política do governo brasileiro de promover reformas estruturantes como a tributária e responsabilidade fiscal para atrair investidores que desejam fazer negócios no país.

Na infraestrutura, a Lei 14.801/24 facilitou a emissão das debêntures incentivadas e criou uma nova modalidade, as debêntures de infraestrutura. A mudança permite que uma empresa lance dívidas tanto para um projeto que está sendo construído quanto para um que já foi concluído no passado.

No setor portuário, o ministro apresentou a carteira de concessão 2024-2026 com aproximadamente R\$ 20 bilhões em investimentos e destacou os recursos do Fundo da Marinha Mercante para aqueles interessados em investir no setor. “Todo recurso do Fundo está preservado no Brasil. Com uma portaria assinada pelo governo, podemos investir R\$ 7 bilhões, dos R\$ 10 bilhões, na navegação e 30% no setor portuário, com as melhores taxas do mercado.”

Silvio Costa Filho também falou sobre os leilões dos portos que serão promovidos pelo MPor. “Nos próximos dois anos, vamos promover o maior volume de leilões da história portuária brasileira. Serão quase 45 leilões ao longo desse período. A gente tem procurado simplificar, desburocratizar, fazer investimentos públicos e privados. E, naturalmente, dialogando com a sustentabilidade e com a descarbonização. Nós estamos muito confiantes, este ano a gente espera um crescimento em mais de 6% no setor portuário brasileiro e eu quero cada vez mais poder dialogar com o setor produtivo”, afirmou.

O ministro destacou ainda alguns números do setor portuário que elevam a sua importância para a economia brasileira. “É um setor que gera mais de 400 mil empregos e que dialoga com a globalização internacional. Nesses últimos 30 dias, nós tivemos quase R\$ 20 bilhões de reais de investimentos no país, com a compra da CMA CGM da Santos Brasil (R\$ 13 bilhões), e a venda da Wilson Santos, quase R\$ 6 milhões, fora outros empreendimentos que estamos trazendo, a exemplo da Maersk que nós vamos agora, no dia 22 de novembro, em Pernambuco anunciar investimentos e vai ajudar no escoamento da produção e colocar o nordeste e o estado de Pernambuco na rota do desenvolvimento internacional”.

Sobre hidrovias, Costa Filho explicou sobre o lançamento do projeto piloto da Hidrovia Rio Madeira, importante para o escoamento da produção agrícola de Rondônia, do Nordeste e de Mato Grosso, o leilão previsto para o primeiro semestre de 2025, e os seis projetos estratégicos para o setor em estudo, como o das hidrovias do Tapajós, do Barra Norte, Rio Tocantins, do Paraguai e Lagoa Mirim. “Temos cinco concessões hidroviárias no Brasil para que possamos sair de 12.000 km navegáveis para buscar 40.000 km. Isso vai ajudar na mobilidade urbana, como vocês sabem a cada 25 barcas, nós estamos tirando mais de 500 caminhões da estrada, além de reduzir 40% o custo da produção.

Na aviação, Costa Filho afirmou que o Ministério está estruturando um programa para apoiar estados e municípios na elaboração de estudos e projetos para aeroportos regionais, de modo a torná-los ativos mais interessantes para o setor privado. “O TCU, após quase um ano de discussão, nos deu a validação para o primeiro programa de aviação regional do Brasil, em que vamos prorrogar o tempo de exploração das concessões. Para que as concessionárias possam, em contrapartida, administrar aeroportos menores, regionais, e fazer investimentos, requalificar e melhorar a infraestrutura. A ideia está sendo construída na nossa Secretaria de Aviação Civil (SAC)”, explicou.

O ministro falou ainda sobre colocar em consulta pública, nos próximos 30 dias, 50 aeroportos privados no Brasil e um segundo bloco com mais 50, que podem chegar até 102 aeroportos, com olhar sobretudo para a região Norte e Nordeste do Brasil. “Em São Paulo, nós vamos fazer um novo Aeroporto de Olímpia por conta do impacto do Turismo lá naquela região, nós vamos anunciar agora,

dia 21 de dezembro, R\$ 2 milhões de investimentos privados da AENA no aeroporto de Congonhas”, informou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 01/11/2024

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

CNT AVALIA QUE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2025 REDUZIRÁ INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

Redação Portogente

O orçamento dos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos foi diminuído pela metade

O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) 2025, enviado pelo governo federal para a apreciação do Congresso Nacional em agosto deste ano, foi analisado na nova edição da Série Especial de Economia – Investimentos em Transporte, que a CNT (Confederação Nacional do Transporte) acaba de lançar. Publicada nessa segunda-feira (28), a análise mostra que, do orçamento total de R\$ 5,87 trilhões previstos para 2025, apenas 0,3% (R\$ 17,40 bilhões) está reservado para investimentos em infraestruturas de transporte.



Foto: Agência Brasil

Em relação aos recursos direcionados para os ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos, houve uma redução de quase metade do valor do PLOA 2025 (R\$ 34,91 bilhões) em comparação com o PLOA 2024 (R\$ 65,64 bilhões). O menor volume de recursos direcionados aos Ministérios se refletiu em redução dos investimentos previstos para o ano que vem (R\$ 15,73 bilhões, frente a R\$ 17,33 bilhões no PLOA 2024).

A alocação de recursos de investimentos presentes no PLOA 2025, por modo de transporte, está direcionada, em sua maior parte, para o rodoviário: R\$ 13,49 bilhões (88,2%). Vale ressaltar que essa modalidade é responsável pelo deslocamento de 65% das cargas e de 95% dos passageiros no país. Em segundo e terceiro lugares, em termos de investimentos previstos, estão o ferroviário, R\$ 1,14 bilhão (3,9%), e o aquaviário, R\$ 282,18 milhões (2,0%). O planejamento orçamentário destina ao modo aéreo R\$ 140,20 milhões (1,0%).

Para as empresas estatais, a proposta é de R\$ 1,67 bilhão de investimento no orçamento de 2025, sendo R\$ 451,77 milhões para o aéreo, por meio da Infraero, e R\$ 1,22 bilhão (72,9%) ao aquaviário, por meio da Companhia Docas.

No modo aquaviário, esse valor é menor do que o proposto no PLOA 2024, de R\$ 1,33 bilhão, e o aprovado na LOA 2024, de R\$ 1,31 bilhão. Essa redução se deu para a Autoridade Portuária de Santos S.A., a Companhia Docas do Pará e a Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Na avaliação da CNT, é preocupante essa redução de orçamento para investimento em infraestruturas de transporte, em todos os modos. “É preciso ampliar as dotações orçamentárias para que os investimentos públicos possam garantir a qualidade das infraestruturas de transporte no país. Essa é uma condição essencial para se ampliar a eficiência dos serviços prestados pelos transportadores”, afirma o diretor executivo da CNT, Bruno Batista.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 01/11/2024

PORTO DE SANTOS CONCEDE DESCONTOS NAS TARIFAS NAVIOS SUSTENTÁVEIS E DE CRUZEIROS

Redação Portogente

Indicadores de eficiência e sustentabilidade e número de passageiros são os critérios

A APS baixou duas portarias que regulamentam descontos tarifários no Porto de Santos. A Portaria nº 143.2024, publicada em 04 de outubro, introduz descontos tarifários baseados em indicadores de eficiência e sustentabilidade. O benefício será concedido a operadores portuários que atingirem boa pontuação no Índice de Eficiência e Sustentabilidade Portuária (IESP), que avalia a regularidade contratual, operacional e aspectos de sustentabilidade das operações no Porto de Santos. O ciclo de avaliação dos IDs ambientais, 06 e 07, cujo prazo para a entrega dos Inventário de Gases do Efeito Estufa e o Relatório de Consumo Energético (RCE) é 31/12/2024.



Foto: Divulgação/APS

Por meio da Portaria nº 144.2024 (de 04/10/2024) a Autoridade Portuária de Santos estabeleceu novos critérios para descontos tarifários aplicáveis a navios de cruzeiro no Porto de Santos. A concessão de desconto, relacionada à quantidade de passageiros por armador durante a temporada, incide sobre o Item 4 da Tabela III – Infraestrutura Operacional ou Terrestre. O desconto tarifário varia de 10% a 60%, conforme a quantidade de

passageiros, com o máximo benefício aplicado para armadores que transportarem acima de 680 mil passageiros.

"É mais uma forma de incentivarmos os armadores que adotam boas práticas", afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, lembrando que ambos os descontos previstos nas portarias vigorarão pelo prazo de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, de acordo com a avaliação de conveniência da APS, e entraram em vigor a partir de 17 de outubro de 2024.

O desconto será aplicado provisoriamente com base nas previsões fornecidas pelos armadores e ajustado ao final da temporada, com base nos dados efetivos do sistema Supervia de Dados da APS. A portaria estabelece que os armadores devem informar à APS, com antecedência, a estimativa do número de passageiros e os detalhes das escalas.

Antaq aprova novas normas - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou no último dia 17 de outubro o pedido da Autoridade Portuária de Santos (APS) para inclusão de novas normas de aplicação da Tabela I da estrutura tarifária do Porto de Santos. A decisão visa aprimorar a aplicação da tabela de uso da infraestrutura marítima, especialmente quanto aos descontos por frequência de embarcações e sentido de navegação.

O desconto tarifário, vigente por meio de portaria da APS, com prazo de 12 meses, poderá continuar sem necessidade de comunicação prévia à Antaq, conforme disposto na Resolução ANTAQ nº 61/2021.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/11/2024

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM LONGO CAMINHO PARA A DESCARBONIZAÇÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Os dados sobre transição energética no setor portuário apresentados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) nessa quinta-feira, dia 31, revelam um cenário preocupante: a esmagadora maioria dos portos brasileiros ainda não possui metas concretas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Essa realidade contrasta com os desafios impostos pelas mudanças climáticas e com o compromisso assumido pelo Brasil perante a Organização Marítima Internacional (IMO) de zerar as emissões do setor até 2050.

A dependência de combustíveis fósseis nas operações portuárias é um dos principais entraves para a descarbonização do setor. A utilização de combustíveis menos emissores, como biodiesel e GNL, ainda é tímida, o que demonstra a necessidade de investimentos em tecnologias limpas e em fontes de energia renovável.

A ausência de metas de redução de emissões e a falta de inventários de carbono em grande parte dos portos e terminais demonstram a urgência de se adotar medidas mais concretas para enfrentar esse desafio. A Antaq está dando um passo importante ao incluir a obrigação de realizar inventários de baixo carbono nos novos contratos de concessão, mas é preciso ir além.

É fundamental que os portos brasileiros estabeleçam metas ambiciosas de redução de emissões e desenvolvam planos de ação para alcançá-las. Esses planos devem incluir medidas como a otimização das operações, a utilização de fontes de energia renovável, a eletrificação dos equipamentos portuários e a adoção de combustíveis mais limpos.

Além disso, é preciso investir em pesquisa e desenvolvimento para encontrar soluções inovadoras para a descarbonização do setor portuário. A captura e o armazenamento de carbono, a produção de hidrogênio verde e a utilização de biocombustíveis avançados são algumas das tecnologias que podem contribuir para a redução das emissões.

A transição para uma economia de baixo carbono exige a participação de todos os atores envolvidos: Governo, empresas, sociedade civil e academia. É preciso criar um ambiente favorável para investimentos em tecnologias limpas, oferecendo incentivos fiscais e linhas de crédito específicas para o setor portuário.

A descarbonização dos portos brasileiros é um desafio complexo, mas é fundamental para garantir um futuro sustentável para o País. Ao adotar medidas concretas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, os portos brasileiros poderão contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e para a construção de uma economia mais verde e competitiva. Deve-se destacar que essa é uma questão urgente e que exige a ação de todos. Ao investir em tecnologias limpas, em fontes de energia renovável e em medidas de eficiência energética, os portos brasileiros poderão se tornar mais sustentáveis e competitivos, contribuindo para a construção de um futuro mais limpo e justo para todos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 01/11/2024*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AUDIÊNCIA COM A PF 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, recebeu na quarta-feira, dia 30, em seu gabinete, em Brasília (DF), representantes da Polícia Federal. A comitiva, liderada pelo diretor-geral Andrei Augusto Passos Rodrigues, conversou com o ministro sobre os planos para a corporação no Porto de Santos (SP). Durante a reunião foi apresentado a Costa Filho o projeto de uma nova sede da Delegacia da PF na cidade, um edifício de sete andares que deve ficar às margens do canal de navegação do complexo marítimo

AUDIÊNCIA COM A PF 2

Além do diretor-geral, participaram do encontro pela PF o diretor-executivo Gustavo Paulo Leite de Souza; o diretor de Polícia Administrativa, Rodrigo de Melo Teixeira; e o chefe da Delegacia de Piracicaba (SP), Rodrigo Perin Nardi. Do lado do Ministério de Portos e Aeroportos, esteve presente a secretária-executiva da pasta, Mariana Pescatori.

APLOP EM ANGOLA

Angola será a sede do XVI Congresso da Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (APLOP). O anúncio foi feito na quinta-feira (31), último dia da 15ª edição do evento, realizada em Leixões, Portugal.

ENCONTRO NO RIO

Além da aprovação de Angola como sede da próxima edição do congresso, foi proposta a realização de um evento em 2025, no Rio de Janeiro, reunindo grupos de trabalho da APLOP. Esses grupos tratam de temas como energias oceânicas renováveis e oportunidades para a construção naval, inovação e sustentabilidade e Direito Portuário.

APAGÃO 1

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrará com uma ação judicial para obrigar a empresa distribuidora de energia elétrica Enel a indenizar a população de São Paulo, por prejuízos decorrentes do apagão que deixou cerca de 2,3 milhões de consumidores da região metropolitana da capital paulista no escuro em setembro. “Ela (Enel) vai ter que pagar caro pelos danos sofridos pela população”, afirmou o advogado geral, o ministro Jorge Messias, nessa quinta-feira, dia 30, ao participar do programa Bom Dia, Ministro, do Canal Gov.

APAGÃO 2

A AGU irá ajuizar uma ação por dano moral coletivo, explicou Messias. Foram pedidas informações ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor para embasar a ação judicial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2024

REGIÃO SUDESTE - CONSÓRCIO ROTAS DO BRASIL VENCE LEILÃO DA ROTA DO ZEBU

Consórcio formado pela Kinea e a Way Brasil ofereceu maior desconto de tarifa de pedágio

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O trecho concedido corresponde à rodovia federal que liga os municípios de Betim à Uberaba, no Triângulo Mineiro (Foto: Divulgação)

SEGUNDO O EDITAL, A CONCESSÃO DA BR-262 TERÁ INVESTIMENTOS QUE PASSAM DE R\$ 8,5 BILHÕES A SEREM APLICADOS NA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO, BEM COMO NA CAPACIDADE OPERACIONAL DA RODOVIA.

Em mais um leilão rodoviário promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na quinta-feira (31), o consórcio Rotas do Brasil venceu a concessão da BR-262, em Minas Gerais, trecho conhecido como Rota do Zebu, que conecta os municípios de Bem a Uberaba. O leilão ocorreu na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3.

Na abertura de envelopes com as propostas escritas, o consórcio ofereceu desconto sobre a tarifa básica de pedágio inicial de 11,78%. A segunda proponente participante, o Grupo BTG, ofereceu 8%. Com a diferença inferior a 5% entre os lances, o leilão foi definido por ofertas no viva-voz.



O consórcio Rotas do Brasil ofereceu o maior desconto na tarifa do pedágio, critério para selecionar o vencedor do certame, de 15,30%. Já o Grupo BTG ofertou desconto de 15,20%. O prazo do contrato de concessão é válido pelos próximos 30 anos.

Em seu discurso, o ministro Renan Filho destacou que este é o sexto leilão do segmento rodoviário realizado pelo Governo Federal, e que são esperados mais cinco leilões ainda para este ano. A Rota do Zebu foi o quarto trecho rodoviário dentro do estado de Minas a ter uma nova concessão.

“São mais de R\$40 bilhões para a modernização da infraestrutura rodoviária do estado. Com isso, Minas vai dar a virada que o povo sempre esperou nas rodovias, deixando no passado os índices ruins de qualidade das pistas”, comentou o ministro.

Ainda em sua fala, Renan destacou o trabalho técnico do ministério, ANTT e Infra S.A. para a realização dos leilões bem sucedidos, garantindo bons investimentos do capital privado para aperfeiçoar ainda mais a infraestrutura rodoviária do Brasil.

“Todo o Governo Federal está imbuído de propósito: ampliar os investimentos públicos, com a garantia da sustentabilidade fiscal, e atrair mais investimentos privados. Queremos sempre encontrar os melhores parceiros privados. Isso é garantir duas coisas: dar oportunidade ao setor privado para administrar ativos públicos com eficiência, rentabilizando suas próprias carteiras, e garantir ao povo brasileiro a melhor infraestrutura”, pontuou.

Segundo o edital, a concessão da BR-262 terá investimentos que passam de R\$ 8,5 bilhões a serem aplicados na elevação dos níveis de serviço, bem como na capacidade operacional da rodovia.

Para adequação de fluxo, a rodovia federal deve passar de 96,6 para 140,9 quilômetros de pista dupla. Ainda estão previstos outros 168,87 quilômetros de faixas adicionais, dos quais 98,56 serão entre Campos Altos e Uberaba; e outros 3,63 quilômetros de vias marginais.

A nova concessionária também será responsável por instalar um Ponto de Parada e Descanso (PPD), 17 passarelas de pedestres, 100 pontos de ônibus, além de três passagens de fauna.

Segundo o Ministério dos Transportes, são esperados a criação de 63,7 mil empregos na região metropolitana de Belo Horizonte até a área considerada como porta de entrada da região do Triângulo Mineiro.

“Estamos aqui porque acreditamos que estes projetos são necessários, atraentes e promissores. Reafirmamos e nos comprometemos a levar aos usuários da BR-262 uma nova rodovia. Com muito investimento, segurança e trafegabilidade nesta nova parceria”, disse o conselheiro do consórcio, Giovanni Mott.

Rota econômica

A Rota do Zebu é um importante trecho rodoviário para o agronegócio do país, uma vez que a região cortada pela rodovia tem na pecuária sua principal atividade. Segundo a pasta de transportes, a BR-262 é um corredor usado para o escoamento de commodities, essencial para as exportações.

O trecho de Uberaba, no Triângulo Mineiro, é uma das regiões mais produtivas do Brasil com uma agropecuária forte, além de ser conhecida por ser uma grande exportadora de carne.

Na outra ponta está Betim, que tem como principal atividade econômica a indústria. O traçado que será concedido inclui polos importantes como: produção de fertilizantes e polo de mineração.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2024

NACIONAL - “TEMOS R\$ 1,3 TRI DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ANUNCIADOS”, DIZ MINISTRO

Silvio Costa Filho apresentou o portfólio de concessões do MPor em um dos principais eventos do setor de infraestrutura do país

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br

Durante o evento, Costa Filho apresentou o portfólio de concessões do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), além de abordar a situação atual dos setores aeroportuário e portuário, com destaque para o crescimento econômico do país.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou na quinta-feira (31) da abertura do Brazil GRI Infra & Energy 2024, um dos principais eventos do setor de infraestrutura do país. Na sua 10ª edição, o encontro em São Paulo reuniu líderes das áreas de energia, transportes, saneamento, mobilidade e infraestrutura para debater o desenvolvimento e o financiamento de projetos que impulsionem o crescimento econômico do Brasil.

Durante o evento, Costa Filho apresentou o portfólio de concessões do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), além de abordar a situação atual dos setores aeroportuário e portuário, com destaque para o crescimento econômico do país. “Hoje, temos R\$ 1,3 trilhão de investimentos privados anunciados no Brasil. Só no setor portuário, nós já temos quase R\$ 40 bilhões de investimentos anunciados e contratados. No setor automotivo, R\$ 120 bilhões, na construção civil, mais de R\$ 40 bilhões. Estamos vendo um volume de investimentos consideráveis no Brasil e isso significa dizer que nós temos tudo para fazer essa economia crescer”, afirmou.

Em 2024, o país atraiu US\$ 28,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, com aumento de 23,6% nos investimentos produtivos em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo os esforços do governo brasileiro em promover reformas estruturais, como a tributária e a de responsabilidade fiscal, para atrair investidores.

Na área de infraestrutura, a recente Lei 14.801/24 trouxe avanços na emissão de debêntures incentivadas e criou uma nova categoria, as debêntures de infraestrutura, permitindo a captação de recursos tanto para projetos em construção quanto para os já finalizados.

No setor portuário, Costa Filho detalhou o plano de concessões para 2024-2026, com previsão de aproximadamente R\$ 20 bilhões em investimentos, além de mencionar o Fundo da Marinha Mercante como fonte de financiamento para o setor. “Todo recurso do Fundo está preservado no Brasil. Com uma portaria assinada pelo Governo, podemos investir R\$ 7 bilhões, dos R\$ 10 bilhões, na navegação e 30% no setor portuário, com as melhores taxas do mercado”.

O ministro também anunciou planos ambiciosos para leilões portuários nos próximos anos. “Nos próximos dois anos, vamos promover o maior volume de leilões da história portuária brasileira. Serão quase 45 leilões ao longo desse período. A gente tem procurado simplificar, desburocratizar, fazer investimentos públicos e privados. E, naturalmente, dialogando com a sustentabilidade e com a descarbonização. Nós estamos muito confiantes, este ano a gente espera um crescimento em mais de 6% no setor portuário brasileiro e eu quero cada vez mais poder dialogar com o setor produtivo”, destacou.

Costa Filho mencionou ainda a relevância do setor portuário na economia do país. “É um setor que gera mais de 400 mil empregos e que dialoga com a globalização internacional”. Ele aproveitou para citar os anúncios de dois grandes acordos que movimentaram o setor no último mês. Primeiro, a

compra por parte da francesa CMA CGM de 48% das ações da Santos Brasil por R\$ 6,3 bilhões. E mais recentemente, a aquisição do controle da Wilson Sons pela MSC por R\$ 4,35 bilhões.

Hidrovias

No que diz respeito ao setor hidroviário, Costa Filho falou sobre o projeto piloto da Hidrovia Rio Madeira, essencial para o escoamento da produção agrícola de Rondônia, Nordeste e Mato Grosso, e o leilão programado para o primeiro semestre de 2025. Ele mencionou ainda seis projetos estratégicos em análise, como os das hidrovias do Tapajós, Barra Norte, Rio Tocantins, Paraguai e Lagoa Mirim. “Temos cinco concessões hidroviárias no Brasil para que possamos sair de 12.000 km navegáveis para buscar 40.000 km. Isso vai ajudar na mobilidade urbana, como vocês sabem a cada 25 barcaças, nós estamos tirando mais de 500 caminhões da estrada, além de reduzir 40% o custo da produção”.

Silvio Costa Filho mencionou a relevância do setor portuário na economia do país. “É um setor que gera mais de 400 mil empregos e que dialoga com a globalização internacional”. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2024

REGIÃO SUDESTE - INFRAERO RECEBE OUTORGA PARA IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO DE OLÍMPIA

Ministério de Portos e Aeroportos atribuiu à empresa a gestão e operação do terminal

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O futuro aeroporto será construído em uma área de 200 hectares, adquirida pela Prefeitura, localizada há 20 quilômetros de Olímpia. Foto: Prefeitura de Olímpia/Divulgação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, atribuiu à Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) a implantação, administração, operação e exploração do Aeroporto Internacional do Norte Paulista, localizado em Olímpia (SP).

A portaria nº 472, publicada no Diário Oficial da União no início do mês, autoriza a Infraero a representar a pasta nos atos de transição relacionados à extinção do convênio de delegação, firmado entre Governo Federal e a Prefeitura de Olímpia.

Segundo o documento oficial, o processo de transição da administração do aeroporto para a Infraero deverá ser concluído em 120 dias após a publicação da portaria.

A Infraero realizará estudos prévios para implantação e dimensionamento dos investimentos necessários, considerando a demanda estimada, o potencial turístico e econômico da região e a situação de outros aeroportos próximos.

O futuro aeroporto será construído em uma área de 200 hectares, adquirida pela Prefeitura, localizada a 20 quilômetros de Olímpia. O local está em uma área próxima a rodovia Assis Chateaubriand e outras estradas vicinais, o que facilitaria o acesso rodoviário.

A previsão é que o futuro terminal seja inaugurado até o primeiro semestre de 2026.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2024

MAIORIA DOS PORTOS BRASILEIROS NÃO POSSUI METAS DE DESCARBONIZAÇÃO, DIZ ANTAQ

Relatório da agência revela atraso na transição para combustíveis limpos e aponta a inclusão de metas ambientais em novos contratos de concessão

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



O estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e Aplicações do Hidrogênio nos Portos” evidenciou que há predominância de combustíveis fósseis nas operações portuárias

A esmagadora maioria dos portos públicos brasileiros, 93% ainda não possuem metas para reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) de suas operações. Em relação aos Terminais de Uso Privado (TUPs), o índice é de 74%. Os dados foram apresentados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), nesta quinta-feira (31), na sede do IBI

(Instituto Brasileiro de Infraestrutura), em Brasília, e fazem parte de um estudo realizado em parceria com a empresa alemã GIZ sobre a descarbonização no setor portuário.

O estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e Aplicações do Hidrogênio nos Portos” evidenciou que ainda há predominância de combustíveis fósseis nas operações portuárias. O relatório indica que os combustíveis menos emissores, como biodiesel, GNL e MGO, ainda são pouco utilizados: apenas 15% dos terminais e 4% dos portos públicos registam atracções de navios que utilizam combustíveis com baixo teor de carbono.

Bruno Oliveira Pinheiro, superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq, destacou que apenas 19% dos portos e 65% dos TUPs possuem um inventário sobre as emissões de carbono.

“Mesmo com inventários, a maioria não tem metas, e isso foi um diagnóstico que fizemos para incentivar as ações da Antaq, direcionar às ações da agência e também do setor”, afirmou.

O superintendente ainda detalhou que a Antaq já está incluindo nos novos contratos de concessão a obrigação de realização de inventários de baixo carbono e adequações operacionais que estipulem a baixa emissão de carbono. A medida é motivada pelo compromisso firmado pelo Brasil com a Organização Marítima Internacional (IMO) em 2023, para zerar as emissões de Gases de Efeito Estufa do setor até o ano de 2050.

“Estamos incluindo os atores que estão entrando agora no setor já com essa nova regra. Para os atores que já estão no setor, não pensamos em uma regra ainda; primeiro, precisamos realizar um diagnóstico bem feito, estudar o setor e, em seguida, pensar em uma regulação”, explicou.

O evento foi realizado no Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) e organizado pela Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA). Mauro Sammarco, presidente do Conselho de Administração da FPPA, destacou a atuação da instituição em pautas que incentivem a descarbonização do setor.



“A FPPA tem feito um trabalho importante na agenda de descarbonização. A IMO impôs algumas exigências para chegarmos à net zero até 2050 e a frente atua para que o Brasil possa se adequar a essa realidade, fazendo a conexão de Governo com o setor privado, acompanhando a realidade do momento e o que precisamos estar atuando para melhorar, além do que podemos fazer no Congresso Nacional”, afirmou Sammarco.

O acordo firmado pelo Governo Federal com a IMO estipula que os padrões de emissões devem ser reduzidos em 40% até 2030 e em 70% até 2040.

O estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e Aplicações do Hidrogênio nos Portos”, o documento evidenciou que ainda há predominância de combustíveis fósseis nas operações e que os combustíveis que emitem menos gases poluentes, como o biodiesel, GNL e MGO, ainda são pouco utilizados.

Bruno Oliveira Pinheiro, superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq, ressaltou que somente 19% dos portos e 65% dos TUPs possuem um inventário sobre as emissões de carbono. “Mesmo com inventários, a maioria não tem metas, e isso foi um diagnóstico que fizemos para incentivar as ações da Antaq, direcionar as ações da Agência e também do setor”, citou.

Oliveira explicou ainda que a Antaq está fazendo um inventário para mapear as emissões de carbono do setor aquaviário nacional, que será concluído até o final do ano. “Algumas instalações e portos organizados foram selecionados e temos uma aliança deliberada com o Porto de Itaquí para integrar as ações e aumentar a quantidade de portos com inventários e terminais com metas de descarbonização”.

Novas obrigações contratuais

O superintendente citou também que a Antaq já está incluindo, nos novos contratos de concessão, obrigações relacionadas à produção de inventários de baixo carbono e adequações operacionais que estimulem a baixa emissão de carbono. A medida é motivada pelo compromisso firmado pelo Brasil com a Organização Marítima Internacional (IMO) em 2023, para zerar as emissões de Gases de Efeito Estufa do setor até o ano de 2050.

“Estamos incluindo os atores que estão entrando agora no setor já com essa nova regra. Para os atores que já estão no setor, não pensamos em uma regra ainda: primeiro, precisamos realizar um diagnóstico bem feito, estudar o setor e, em seguida, pensar em uma regulação”, explicou.

“O mercado se ajusta. Está certo que precisa do fomento do governo e da agência reguladora, mas quando começar a ter mais navios 100% net zero, aí o porto vai olhar e pensar que está na hora de investir em infraestrutura para não perder mercado”, completou.

FPPA

Mauro Sammarco, presidente do Conselho de Administração da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), destacou a atuação da instituição em pautas que incentivem a descarbonização do setor.

“A FPPA tem feito um trabalho importante na agenda de descarbonização. A ‘IMO’ impôs algumas exigências para chegarmos à net zero até 2050 e a frente atua para que o Brasil possa se adequar a essa realidade, fazendo a conexão de governo com o setor privado, acompanhando a realidade do momento”, disse Sammarco.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 01/11/2024

REGIÃO NORTE - 1º CONCESSÃO RODOVIÁRIA DE RONDÔNIA AVANÇA COM EDITAL PARA LEILÃO EM FEVEREIRO

ANTT aprova transferência da BR-364/RO à iniciativa privada, visando melhorias de infraestrutura e expansão econômica na região Norte

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O projeto, liderado pelo Ministério dos Transportes, inclui a concessão de 721,07 km da BR-364/RO, abrangendo o trecho entre Porto Velho e Vilhena, na divisa com Mato Grosso. Foto: Divulgação/Dnit

A concessão da primeira rodovia federal em Rondônia está prestes a sair do papel. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou na quinta-feira (31) a proposta para transferência da BR-364/RO à iniciativa privada. O edital de leilão estará disponível no site da ANTT a partir desta sexta-feira (1º), e a disputa está marcada para 27 de fevereiro, às 14h, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A empresa vencedora será a

que oferecer o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

O projeto, liderado pelo Ministério dos Transportes, inclui a concessão de 721,07 quilômetros da BR-364/RO, abrangendo o trecho entre Porto Velho e Vilhena, na divisa com Mato Grosso. Essa rota conecta o oeste de Mato Grosso a Rondônia e ao Acre, facilitando o escoamento de produtos do Norte do Brasil e a exportação via portos regionais. “Hoje aprovamos mais um edital de licitação, da BR-364/RO, a Rota Agro Norte. É a primeira concessão no estado de Rondônia, uma rota muito importante para o agronegócio. Esse projeto será o nosso décimo segundo leilão, que ocorrerá em fevereiro de 2025”, destacou Viviane Esse, secretária nacional de Transporte Rodoviário. O investimento total previsto é de R\$ 10,226 bilhões ao longo dos 30 anos de contrato.

A concessão abrange a exploração da infraestrutura da rodovia, além de serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação e monitoramento. Também prevê melhorias na capacidade de tráfego, com a execução de 107,57 quilômetros de duplicações, 190,59 quilômetros de faixas adicionais, 34,45 quilômetros de novos acessos e 17,79 quilômetros de vias marginais. As obras devem gerar cerca de 94,9 mil empregos diretos, indiretos e de efeito-renda nas regiões beneficiadas pela concessão.

BR-101

Além disso, a ANTT debateu na mesma reunião a otimização do contrato de concessão da BR-101 entre a Bahia e o Espírito Santo, atualmente gerida pela ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A. Serão abertas audiências públicas para discutir a proposta, que visa adaptar e melhorar o contrato referente a 478,7 quilômetros, entre o entroncamento da BA-698 e a divisa com o Rio de Janeiro.

O período para contribuições sobre a concessão da BR-101 vai de 8 de novembro até 23 de dezembro. Também estão previstas duas sessões públicas, uma em Brasília, no dia 4 de dezembro, e outra em Vitória, no dia 6, que poderão ser acompanhadas presencialmente ou por videoconferência, com transmissão ao vivo no canal da ANTT no YouTube.

A BR-101 é um corredor essencial para o transporte de mercadorias entre o Sudeste e o Nordeste, além de interligar áreas produtivas e portos, facilitando o fluxo de bens entre a Bahia, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2024

REGIÃO SUDESTE - APS MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO LEILÃO DO STS 08 PARA O DIA 6 DE NOVEMBRO

Sessão pública ocorrerá às 9 horas de forma online e terá transmissão ao vivo pela internet
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



De acordo com a APS, estão previstos no STS08 quatro novos berços e mais tanques de armazenagem, além de ter conexões com dutovias, rodovias e píeres na margem direita

A Autoridade Portuária de Santos (APS) vai promover no próximo dia 6 de novembro a audiência pública referente ao leilão da área do STS 08, futuro terminal dedicado a graneis líquidos na margem direita do Porto de Santos (SP).

Segundo a companhia, a sessão pública ocorrerá de forma online, com transmissão ao vivo pelo canal do youtube da Autoridade Portuária de Santos, a partir das 9 horas. Interessados em se manifestar durante a audiência tem até o próximo domingo, dia 3, para fazer inscrição, no site da APS, em “acesso à informação” e, em seguida, “participação social”.

De acordo com a autoridade, estão previstos no STS 08 quatro novos berços e mais tanques de armazenagem, além de conexões com dutovias, rodovias e píeres na margem direita.

Localizado no bairro Alemoa, o terminal possui 152,2 mil metros quadrados e vai atender o aumento de capacidade de armazenamento de graneis líquidos, principalmente combustíveis.

A expectativa é que, depois de 30 dias de contribuições recebidas, a Autoridade Portuária de Santos encaminhe o procedimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, na sequência, promova o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, ainda este ano.

“O porto precisa crescer com uma certa sintonia, com os acessos, rodovias e ferrovias. O STS08 será o primeiro dos nossos leilões, e que neste ano ainda pretendemos efetivar.

Com a consulta pública, queremos que operadores atuais, os inscritos interessados em operar aquela área, possam se habilitar com informações e contribuições, para quando do edital, a gente contemple todas essas observações para que consigamos assegurar uma maior isonomia na participação dos players interessados”, disse Pomini.

A partir do chamamento público, realizado pela APS no ano passado e concluído em março, seis empresas manifestaram interesse em operar no futuro terminal: Raízen Energia SA; ABA Infraestrutura e Logística SA; Consórcio Infra Port Santos/Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais; Petrobras e Ultracargo Logística

O prazo de concessão, conforme o edital, é de 25 anos. A previsão de investimentos, segundo a APS, é de mais de R\$400 milhões, mas a quana poderá ser maior devido a atualizações.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2024

REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS VAI CONSTRUIR REBOCADORES QUE POLUEM MENOS

Equipamentos vão ser entregues no ano que vem e se juntam a outras seis que a empresa, que atua no Porto de Santos, possui

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



Os rebocadores da Wilson Sons, com tecnologia sustentável e grande potência, serão construídos em seu estaleiro em Guarujá. O objetivo é a renovação e modernização da frota

A Wilson Sons vai construir três novos rebocadores que reduzem em até 70% as emissões de dióxido de nitrogênio, poluindo menos. Eles se juntam a outros seis que a empresa já instalou, no modelo 2513 (de 90 toneladas).

As novas embarcações seguem o padrão IMO TIER III, da Organização Marítima Internacional. O projeto de casco, da Damen Shipyards, permite com suas duplas quilhas (twin fins) diminuir as emissões de gases de efeito estufa, com redução esmada de até 14% no

consumo de combustíveis fósseis, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar dos portos onde operam.

Os rebocadores, com tecnologia sustentável e grande potência, serão construídos em seu estaleiro em Guarujá (SP), no Porto de Santos. O objetivo é a renovação e modernização da frota de mais de 80 rebocadores da companhia, que atuam ao longo da costa brasileira.

As três embarcações são da classe ASD 2312 (23 metros de comprimento e 12 metros de largura), com propulsão azimutal e potência de 70 toneladas de bollard pull (tração estática), capazes de apoiar super navios de contêineres de 366 metros, em manobras de atracação e desatracação nos principais portos do país.

O COO da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, ressalta que as novas embarcações fazem parte da estratégia de renovação da frota da companhia e reforçam o compromisso da empresa com a modernização das operações.

“O novo ciclo de construção de rebocadores gera emprego e renda para toda a comunidade marítima e portuária, contribuindo com o desenvolvimento do setor e do Brasil, facilitando os fluxos comerciais”, afirma.

Com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), tendo o BNDES como agente financeiro, os novos rebocadores terão sistema de combate a incêndio com capacidade de 2.400 litros/hr (FiFil). Outra característica das embarcações são seus motores principais, com menor quantidade um de cilindros, contribuindo para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, mantendo o mesmo bollard pull de 70 toneladas.

As entregas dos novos rebocadores estão previstas para novembro de 2025 e entre março e junho de 2026.

“A Wilson Sons emprega tecnologia de ponta na construção dos rebocadores, sempre com foco na segurança e eficiência operacional. Com a capacidade técnica dos nossos profissionais e a expertise da Damen, vamos assegurar a excelência do projeto”, diz o diretor executivo da divisão de estaleiro da Wilson Sons, Adalberto Souza.

Com a nova série, a Wilson Sons alcançará a marca de 156 embarcações construídas em seu estaleiro, que possui mais de 80 anos de trajetória.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 01/11/2024

INTERNACIONAL - CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS É TEMA CENTRAL DO ÚLTIMO DIA DE CONGRESSO DA APLOP

Série de apresentações mostra desafios e soluções para a segurança cibernética no setor marítimo-portuário

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



Com moderação de Ruben Eiras, secretário-geral do Fórum Oceano, o painel teve apresentações focadas em soluções para a cibersegurança no setor marítimo-portuário

O segundo e último dia do 15º Congresso da Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (APLOP) deu ênfase aos debates sobre capacitação e a cibersegurança. O painel realizado na quinta-feira, dia 31, em Leixões, Portugal, teve moderação de Ruben Eiras, secretário geral do Fórum Oceano, além de uma

série de apresentações focadas nos desafios e soluções para a segurança cibernética no setor marítimo-portuário.

O diretor de Sistemas de Informação da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), Hugo Bastos, abriu o painel abordando o Projeto Mes, que visa aprimorar a capacitação em cibersegurança.

Bastos enfatizou a necessidade de compreender as ameaças, mencionando o relatório de 2023 da Agência Europeia de Cibersegurança (Enisa), que apontou o aumento de ataques como ransomware, malware, e phishing no setor de transportes. “Muitos desses incidentes são oriundos de práticas de engenharia social, o que reforça a importância de formar profissionais qualificados”, disse.

O diretor de Recursos Humanos da APDL, Manuel Teixeira, destacou o núcleo de ente que simula operações portuárias reais, “com foco em segurança digital e preparação para possíveis ataques cibernéticos”.

Em seguida, Edmundo Monteiro, da Universidade de Coimbra, falou sobre as especificidades da cibersegurança no transporte marítimo, apontando a complexidade das redes e operações portuárias que envolvem tecnologias cada vez mais digitalizadas. Já os especialistas Filipe Duarte e Mário Marques, ambos da Seapower, exploraram o tema dos navios autônomos e sua vulnerabilidade a ataques digitais, alertando para a importância de estratégias de defesa para esses sistemas, ainda em desenvolvimento.

Pascal Ollivier, coordenador do Comitê de Colaboração de Dados e Digitalização da Associação Internacional de Portos (IAPH), abordou a resiliência cibernética na cadeia de abastecimento marítima. “Garantir a segurança digital dos portos exige uma abordagem colaborativa que abranja não só os operadores portuários, mas toda a cadeia logística”.

Neste segundo e último dia de congresso, foi ainda apresentado o panorama atual dos Grupos de Trabalho da associação. O coordenador do Grupo de Trabalho de Direito Portuário, José Luís Moreira da Silva, abordou as principais iniciativas da área, enquanto a representante do Porto do Açu (Brasil), Juliane Carneiro, destacou projetos em Inovação e Sustentabilidade. Em seguida, o consultor na área de energia Luis Lopes apresentou oportunidades para a construção naval com foco em energias oceânicas renováveis. Após uma sessão de perguntas e respostas, o presidente da Associação dos Portos de Portugal, João Pedro Neves, liderou a cerimônia de encerramento.

O evento teve, ainda, uma visita.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2024

INTERNACIONAL - PORTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA BUSCAM INDICADORES AMBIENTAIS E INOVAÇÃO INTEGRADA

Série de apresentações mostra desafios e soluções para a segurança cibernética no setor marítimo-portuário

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenews.com.br



Juliane Carneiro, coordenadora de Inovação do Porto do Açu, apresentou as iniciativas do grupo de trabalho da APLOP que lidera, voltado para a área de Inovação e Sustentabilidade

O segundo e último dia do Congresso da Associação dos Portos de Língua Portuguesa (APLOP), na quinta-feira (31), em Leixões, Portugal, teve um espaço dedicado aos grupos de trabalho da entidade, que puderam apresentar algumas de suas iniciativas. Um deles foi o Comitê de Inovação e

Sustentabilidade, liderado pela brasileira Juliane Carneiro, coordenadora de Inovação do Porto do Açu (RJ).

“O primeiro empenho que queremos trazer desse grupo de trabalho será a elaboração de um e-book que reunirá as ações desenvolvidas, com a principal intenção de criar uma ferramenta de mapeamento para identificar e planejar ações efetivas nas áreas de sustentabilidade e inovação”, afirmou.

Juliane ressaltou a importância de um diagnóstico preciso das práticas atuais nos portos. Para isso, todos os participantes do grupo receberão um formulário onde poderão fornecer informações sobre inovação, digitalização e descarbonização em suas operações. “Precisamos entender como cada porto está estruturado em termos de inovação e quais recursos estão disponíveis para fomento público”, explicou.

A executiva mencionou que o comitê buscará estabelecer indicadores de desempenho ambiental, comparáveis ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA) já utilizado no Brasil.

As próximas etapas incluem a organização de visitas técnicas entre os portos e reuniões virtuais para facilitar a troca de experiências. “Queremos criar um espaço colaborativo onde possamos compartilhar conhecimentos e práticas bem-sucedidas, ajudando assim todos os portos a se desenvolverem de maneira sustentável”, completou.

Também foram apresentadas as ações de outros grupos de trabalho da APLOP, como o de Direito Portuário, coordenado por José Luís Moreira da Silva, e o de Energias Oceânicas Renováveis e Oportunidades para a Construção Naval, pelo consultor na área da energia, Luis Lopes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2024

PORTUGAL - PORTO DE BARCELONA É DESTAQUE EM VISITA DA COMITIVA DO BRASIL EXPORT

Autoridades do setor portuário brasileiro poderão conhecer infraestrutura catalã, além de projetos de logística e energia sustentável

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redenews.com.br

A comitiva do Brasil Export, formada por empresários e autoridades do setor portuário, passará pelo Porto de Barcelona, na Espanha, no próximo dia 9. Este será o penúltimo destino da Missão

Internacional 2024. A programação prevê desembarque e uma visita ao canal de navegação do porto catalão.



O porto é administrado pela Autoridade Portuária de Barcelona e possui uma das maiores capacidades para movimentação de contêineres entre os portos do Mar Mediterrâneo. Foto: Divulgação

O Porto de Barcelona é administrado pela Autoridade Portuária de Barcelona e possui uma das maiores capacidades para movimentação de contêineres entre os portos do Mediterrâneo. Dois terminais operam no complexo portuário: a APM Terminals Barcelona e a Hutchison Ports BEST. A capacidade máxima dos dois terminais equivale a 5,05 milhões de TEU por ano. O calado varia

entre 16 e 16,5 metros de profundidade.

Além dos contêineres, os grânéis líquidos também são destaque na atividade do porto. O complexo conta com dez terminais dedicados a esse tipo de carga, com capacidade total de 4.000.000 m³ para produtos petrolíferos e químicos. São 15 berços voltados para os grânéis líquidos, incluindo um espaço capaz de movimentar as maiores cargas petrolíferas e capacidade para até 150.000 toneladas em peso bruto. O porto também movimenta grânéis sólidos, e opera cargas como grãos, soja, entre outras.

Barcelona é referência internacional na relação porto-cidade, com um dos empreendimentos mais relevantes do segmento. O Port Vell é uma das áreas mais antigas do Porto de Barcelona, que fez parte do programa de revitalização que antecedeu os Jogos Olímpicos de 1992, e hoje é um espaço totalmente integrado à cidade com museus, comércio, esportes e diversas atrações turísticas.

A programação da missão internacional ainda tem uma visita à Zona de Apoio Logístico (ZAL) de Barcelona, plataforma multimodal do Porto de Barcelona que visa escoar cargas que chegam ao cais catalão, evitando congestionamentos e trazendo mais fluidez às operações. Até 2026, a Cilsa, empresa que administra a ZAL de Barcelona, planeja instalar a maior planta fotovoltaica de toda a Europa no empreendimento.

Confira a agenda da missão internacional em Barcelona:

SÁBADO | 9 – Barcelona | Espanha

08h30 – Início do desembarque no Porto de Barcelona

09h30 – Meeting point – Escola Europea

10h00 – Visita marítima ao Porto de Barcelona

11h15 – Transfer para a Zona de Apoio Logística (ZAL) de Barcelona

11h30 – Conferência na ZAL Barcelona

13h00 – Almoço no Marina Bay

15h30 – Retorno ao navio (saída 18h)

19h00 – Warm-up | Networking

20h15 – Jantar | Restaurante no navio

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

DÓLAR ENCOSTA EM R\$ 5,87, MAIOR PATAMAR DO GOVERNO LULA

Moeda não alcançava este nível desde maio de 2020, no auge da pandemia. Analistas avaliam que viagem de Haddad à Europa deve adiar decisão sobre redução das despesas públicas

Por Paulo Renato Nepomuceno — Rio de Janeiro

O dólar encerrou a sexta-feira valendo R\$ 5,8698, em alta de 1,53%. As incertezas acerca da condução fiscal no Brasil seguem fazendo peso na cotação, segundo analistas. É o maior patamar para o câmbio desde maio de 2020, ou seja, no auge da pandemia de Covid.

Na semana, a moeda valorizou 2,9% na semana e, no ano, já acumula valorização de quase 21% em 2024.

Os juros futuros também demonstram pressão sobre as incertezas da política fiscal. Para 2027, a taxa de depósito interfinanceiro (DI) já era negociada acima dos 13% ao ano.

Para Ramon Coser, especialista da Valor Investimentos, a viagem do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Europa na semana que vem deve atrasar ainda mais o esperado anúncio de um corte de gastos pelo governo Lula.

— O governo não está se posicionando a respeito de um corte de gastos e não deve sair nada na próxima semana, com viagem de Haddad ao exterior. Quanto mais incerteza, o mercado fica em tom de espera, fica procurando se proteger, o que traz mais volatilidade — diz.

O ministro só deve voltar da Europa no próximo dia 9. Ainda segundo o especialista, a aproximação das eleições americanas, que terminam na terça-feira, traz volatilidade ao câmbio.

Dado americano mais fraco que o esperado

Mais cedo, o relatório que mostra o número de vagas criadas nos Estados Unidos (payroll) mostrou a criação, em outubro, de apenas 12 mil postos de trabalho na economia, excetuando o setor agrícola. A expectativa era de criação de 113 mil. O furacão Milton foi um dos responsáveis pelo número bem abaixo do esperado.

— Esse dado muito abaixo das expectativas aumenta o risco de um mercado de trabalho desacelerando mais rapidamente que o esperado. O melhor cenário para o Fed não é de um mercado de trabalho deteriorando rapidamente, o que é um grande risco para a atividade econômica — diz Marcos Moreira, sócio da WMS Capital.

Mas, apesar da queda nos rendimentos das Treasuries, os títulos do Tesouro americano, o dólar não perdia a força no Brasil. Quando os juros nos EUA ficam mais baixo, a tendência é que os investidores busquem países com taxas mais altas, como o mercado brasileiro, o que normalmente leva a uma apreciação do dólar frente ao real. No entanto, o cenário doméstico de indefinição nas contas públicas tem pesado mais no câmbio.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2024

FOZ DO AMAZONAS: ALCOLUMBRE SE REÚNE COM PRESIDENTE DA PETROBRAS E DIZ QUE IBAMA 'BOICOTA PAÍS'

Senador esteve com governador do Amapá, Clécio Luis, e o colega Randolfe Rodrigues na presidência da Petrobras
Por Camila Turtelli — Brasília



A foz do rio Amazonas, área de prospecção de petróleo offshore visada por empresas de Brasil, Suriname e Guiana — Foto: Landsat/Nasa

Dois dias depois do Ibama pedir mais esclarecimentos à Petrobras sobre a proposta da estatal para mitigar riscos ambientais na exploração de petróleo numa área chamada de Foz do Amazonas, na costa do Amapá, o senador Davi Alcolumbre (União-AP) se reuniu com a presidente da estatal, Magda Chambriard, e fez duras críticas ao órgão ambiental.

—Não é uma questão técnica que isso já passou há muito tempo de ser uma questão técnica. É claro o boicote contra o Brasil, o que estão fazendo— disse Alcolumbre sobre o Ibama ao GLOBO, após a reunião.

Também participaram do encontro, na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) e o governador do Amapá, Clécio Luis (Solidariedade).

Na conversa, eles receberam apoio de Chambriard sobre avançar na exploração do petróleo, o que é amplamente defendida pelos políticos da região. Segundo eles, Chambriard disse que a Petrobras prepara prontamente para fornecer os dados solicitados pelo Ibama e dar sequência no projeto.

Na terça-feira, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, pediu mais esclarecimentos à Petrobras sobre a proposta da estatal para mitigar riscos ambientais na exploração de petróleo numa área chamada de Foz do Amazonas, na costa do Amapá.

A licença de perfuração é necessária para que a Petrobras possa estudar a viabilidade de produção na região, parte da chamada Margem Equatorial.

As explicações da Petrobras não foram consideradas suficientes até agora por técnicos do órgão ambiental, formando o principal entrave para a liberação da licença. A estatal e parte do governo pressionam o Ibama. Um parecer assinado por 26 técnicos recomendou manter a negativa à emissão da licença.

—Há uma aposta muito grande do mundo e da Petrobras de que aquela área é uma área rica em petróleo, não à toa que eles chamam de o segundo pré-sal— afirmou o governador Clécio.

O órgão ambiental quer mais detalhes sobre a base de recuperação de fauna em caso de acidente com vazamento de óleo, em Oiapoque (AM), a 160 quilômetros do local de exploração de petróleo.

Nesta etapa, o que está em discussão é a pesquisa do poço, chamada tecnicamente de perfuração — e não a licença de operação comercial, para a produção. O objetivo da estatal, com a licença de perfuração, é comprovar a viabilidade econômica da produção de petróleo na área.

No parecer, os ambientais afirmam que a revisão dos planos ambientais apresentados pela Petrobras não apresenta "alternativa viável" que mitigue de forma satisfatória perda de diversidade em caso de acidente com vazamento de óleo.

—O Ibama tem o seu papel é um órgão técnico, agora, nós também não queremos aceitar que sobre o rótulo técnico se esconda uma posição política— disse Randolfe.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2024

GOVERNO DO PARÁ VIRA RÉU NA CVM

Por Rennan Setti



Banco do Estado do Pará (Banpará) — Foto: Divulgação

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), "xerife" do mercado de capitais, abriu um processo contra o governo do estado do Pará. O governo é acusado de violar artigos da Lei das S.A. ao, supostamente, atropelar a governança do Banco do Estado do Pará, conhecido como Banpará.

Segundo a acusação, o governo — que é controlador do banco — permitiu que vagas dos conselhos de administração e fiscal do banco destinadas a acionistas minoritários fossem decididas pelo comitê de gestão do Plano Prev-Renda. O problema é que os membros desse comitê são eleitos pelos administradores do Banpará, controlado pelo governo.

O comitê ganhou esse poder por ter sido caracterizado como acionista minoritário do próprio banco. O movimento que resultou no processo da CVM ocorreu em assembleia geral de acionistas realizada em abril deste ano.

Além do governo, também é acusada no processo Genyce Pires de Amorim, presidente do conselho do Banpará.

O capital do Banpará é quase totalmente detido pelo governo local, com 99,9% das ações. Contudo, há um pequeno grupo de investidores com ações do banco, entre eles um fundo da Icatu.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2024

ÁGIO DE 267.000%, POUÇOS ESTRANGEIROS E LANCE SOLITÁRIO: SAIBA COMO FOI A MARATONA DE LEILÕES EM SP

Semana teve concessões de estradas, serviços de água e esgoto, escola, jogos e contratou R\$ 23 bilhões em investimentos

Por João Sorima Neto — São Paulo



Leilão do lote Rota Sorocabana, com 460 quilômetros de extensão, aconteceu na B3; governador de SP, Tarcísio de Freitas, bate o martelo — Foto: Christiane Costa/B3

Com o leilão dos serviços de loteria no estado de São Paulo, realizado nesta sexta-feira, a maratona de concessões realizada na B3, esta semana, contratou investimentos de R\$ 23 bilhões nos próximos anos. Os leilões foram marcados por baixa participação de estrangeiros (apenas no de loterias houve interesse de um grupo italiano), e disputas mais acirradas nas concessões de rodovias. Houve ágio de até 267.000%.

A rodada de leilões também teve como novidade o interesse de gestoras financeiras, como a Kinea, que em consórcios fez lances por ativos de infraestrutura, marcando sua entrada nas concessões de rodovias e escolas. Além do governo paulista, o governo do Piauí e o governo federal ofereceram ativos. O serviço de saneamento do Piauí foi o de menor competição: teve uma única proposta, da Aegea, que já atua no estado.



Para especialistas, o resultado da semana de leilões confirma o apetite dos investidores pelos setores de rodovias e de saneamento (mesmo com apenas uma proposta), onde os governos têm conseguido desenvolver um cardápio interessante de projetos.

— O setor de concessão de rodovias vem de um mercado concentrado e com um histórico de baixa competitividade nas licitações. Os últimos leilões já refletem o ingresso de novos players, inclusive de grupos financeiros. O aperfeiçoamento regulatório e a modelagem dos projetos têm contribuído para trazer maior competitividade nas licitações — diz Fernando Vernalha, especialista em contratos públicos e sócio do escritório Vernalha Pereira.

Para ele, o setor de saneamento também tem se mostrado aquecido nos últimos anos, com um histórico de leilões competitivos, impulsionados desde o Novo Marco Legal, em 2020. O certame dos serviços de água e esgoto do Piauí, nesta semana, não teve competição, dadas as peculiaridades do projeto, que inclui áreas rurais. Mas, para Vernalha, trata-se de um caso isolado.

O advogado avalia que, apesar do interesse de investidores, é preciso avançar com medidas regulatórias que permitam melhorar a segurança do investidor de longo prazo.

Para Paulo Henrique Dantas, especializado em infraestrutura, sócio do escritório Castro Barros Advogados, disse que o resultado da semana de leilões deu um sinal positivo para o mercado, especialmente no setor rodoviário. Ele diz que os projetos ganharam maturidade, atraindo novos entrantes e trazendo mais disputa nos leilões.

— Os grandes grupos escolhem seus projetos com maior critério. Isso acaba abrindo a possibilidade de novas empresas entrarem nos ativos que não estão no radar das empresas que já estão consolidadas em alguns setores — afirmou.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, comemorou os três leilões feitos por São Paulo e lembrou do ambicioso plano de concessões do estado, através do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). O objetivo é atrair R\$ 500 bilhões em capital privado com concessões.

— Desse meio trilhão em investimentos previstos, já contratamos R\$ 340 bilhões. E vamos alcançar esse objetivo trazendo empresas novas para investir — disse Freitas.

O que foi leiloado

A maratona de leilões começou com as 17 escolas paulistas, na terça-feira passada, vencida pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, liderado pela gestora financeira Kinea em parceria com a Engefor. O consórcio ofereceu o maior desconto no valor que o governo pagará por mês às empresas para construção e gestão das escolas: 21,43% do teto estabelecido.

Assim, o contrato, que é uma Parceria Público Privada (PPP) foi firmado no valor de R\$ 11,9 milhões mensais. O investimento é de R\$ 1,05 bilhão e outros quatro interessados apresentaram propostas.

Ontem, a Justiça paulista acatou o pedido do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e suspendeu as parcerias público-privadas (PPPs) de novas escolas em São Paulo. Mas a Justiça acolheu recurso do governo e derrubou a liminar que suspensia o leilão. Na próxima segunda-feira, está previsto um novo leilão de 16 escolas em São Paulo, também com investimento de R\$ 1 bilhão.

Saneamento do Piauí

Na quarta, a Aegea, única a apresentar propostas, venceu o leilão de concessão dos serviços de água e esgoto para as 224 cidades do Piauí. A empresa ofereceu desconto de 1% sobre a tarifa a ser cobrada pelo serviço e o valor mínimo de outorga, de R\$ 1 bilhão. O investimento previsto é de R\$ 8,6 bilhões e o prazo de concessão de 35 anos.

Rota Sorocabana

Também na quarta, a CCR Rodovias confirmou o favoritismo e venceu o leilão de concessão da Rota Sorocabana, com 460 quilômetros de extensão e prazo de 30 anos de concessão. No lote, estavam incluídos trechos de estradas que já são administrados pela CCR, através da concessionária da ViaOeste, mas cuja concessão está chegando ao fim. Além da CCR, entregaram propostas a Ecorodovias, Pátria Investimentos e Grupo EPR. O valor mínimo da outorga era de R\$ 597,5 mil, e a CCR ofereceu R\$ 1,601 bilhão, ágio de 267.835,55%, e valor superior apenas em R\$ 1 milhão à oferta da Ecorodovias. O investimento previsto é de R\$ 8,8 bilhões.

Rota do Zebu

A Kinea em parceria com construtoras da Way Brasil, através do consórcio Rotas do Brasil, venceu o banco BTG Pactual no leilão de concessão da BR-262/MG conhecida como Rota do Zebu. São 439 quilômetros no trecho que vai de Betim a Uberaba, em Minas Gerais. O leilão foi realizado pelo Ministério dos Transportes. A empresa ofereceu maior desconto na tarifa de pedágio, de 15,30%, critério para escolher o vencedor. São R\$ 4,4 bilhões em investimentos e o prazo de concessão de 30 anos. O leilão aconteceu na quinta-feira.

Loterias em SP

O consórcio "Aposta Vencedora", liderado pela empresa SAV Participações, composta por investidores brasileiros, venceu a concessão de loterias em São Paulo, ao oferecer o maior lance de outorga fixa de R\$ 600.000.000,00, ágio de 130,15% sobre o valor mínimo de outorga. O consórcio vencedor derrotou o Consórcio SP Loterias, liderado pela IGT Global Services Limited, grupo italiano com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, que já opera a loteria mineira.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2024

ELEIÇÃO DE TRUMP PODE FAZER DÓLAR SUBIR AINDA MAIS, AFETAR EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS NO BRASIL, DIZ ECONOMISTA

Por Luciana Casemiro



Eleição do ex-presidente Donald Trump teria impactos mais negativos para a economia brasileira, diz economista — Foto: Anna MoneyMaker / Getty Images via AFP

O dólar ultrapassou o patamar de R\$ 5,80, nesta sexta-feira, e pode ficar ainda mais alto se Donald Trump ganhar a corrida à Casa Branca. Essa é a avaliação que Adriano Cantreva, sócio da Portofino Multi Family Office, faz para o blog de seu escritório em Nova York. A quatro dias das eleições americanas, ainda não é possível cravar quem será o próximo presidente dos Estados Unidos, Trump ou Kamala Harris. A disputa está acirrada como nunca antes se viu na terra do Tio Sam. O Brasil não é considerado prioridade para nenhum dos candidatos, no entanto, a eleição de Trump, diz Cantreva, pode ter um impacto negativo maior para o Brasil.

- Se o Trump ganhar, o que é mais provável, ele defende a política de tarifas, principalmente com relação à China, mas é muito mais focado na produção nos Estados Unidos, no renascimento da industrialização americana, o MAGA, que é o acrônimo dele, Make America Great Again. Então, é muito nacionalista. Ele diz que vai fechar a fronteira, que vai deportar milhares de imigrantes, e tudo isso indica mais inflação, mais protecionismo, e o que não é bom para o Brasil, porque mais inflação, provavelmente vai significar que a taxa de juros dos Estados Unidos continuará elevada. A taxa de juros continuando elevada nos Estados Unidos, o dólar continua forte no médio prazo - diz Cantreva.

Ele ainda pondera:

-Quando a gente olha o dólar num período maior de tempo o dólar está parado vamos dizer assim. Lembrando antes até do Lula ganhar a eleição, ele chegou a bater R\$ 5,70, estar R\$ 5,78, dois anos depois não está caro. Esse é um movimento global de valorização da moeda. E no Brasil ainda tem todas essas questões de Orçamento, de gastos do governo, que não se resolvem um mês, dois meses. Pode ser que o Lula venha e fale alguma coisa e tire um pouco a pressão. Mas assim que a pressão diminui, os gastos voltam e fica esse ciclo.

A economia americana vai muito bem. Por que o eleitor não sente?

<https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/10/a-economia-americana-vai-muito-bem-por-que-o-eleitor-nao-sente.ghtml>

Os juros mais altos nos Estados Unidos ainda reduzem a atratividade de investimentos no Brasil e aumenta o interesse de brasileiros em investimentos de brasileiros em solo americano, diz Cantreva, lembrando que a Bolsa americana já subiu mais de 25% este anos. Ou seja, o Brasil perde em duas pontas. Não bastasse tudo isso, a política protecionista defendida por Trump afeta diretamente as exportações brasileiras e, dessa vez, lembra Cantreva, o Brasil não contará com o apetite da China para compensar o encolhimento das importações americanas. Nem mesmo o pacote lançado pelo governo chinês há duas semanas, mostrou-se eficiente em dar novo gás a economia do gigante asiático, em clara desaceleração. Isso significa dizer que o cenário externo piora para o Brasil, tornando ainda mais preponderante o ajuste fiscal para a economia brasileira.

Se a vitoriosa for Kamala, todos esses efeitos são atenuados. No entanto, Cantreva chama atenção que os americanos de forma geral estão mais nacionalistas, o que fará com qualquer que seja o presidente adote uma política mais voltada para o mercado interno.

Mercado de trabalho: Nova queda do desemprego e o que esperar para 2025

<https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/10/a-economia-americana-vai-muito-bem-por-que-o-eleitor-nao-sente.ghtml>

A Kamala tende a ser mais suave esse movimento, dado que ela não está defendendo o fechamento da economia, tarifas e tal. Mas o que acontece é que nos Estados Unidos tem tido uma onda mais nacionalista. Independentemente de Democratas ou Republicanos, Kamala ou Trump. No passado, a meta era ser uma economia global, um influenciador global, o que continuara sendo, obviamente. O foco agora, no entanto, é emprego para a economia local, ter boas condições para a população americana, de repente vai ter que fechar a fronteira mesmo para diminuir o número de imigrantes. Então, a gente vê, independentemente de Kamala ou Trump, o foco é mais nos Estados Unidos. Em relação ao Brasil, é daqui pra pior. Pode ser menos pior ou mais pior, vamos dizer assim. Mas a perspectiva não é que melhore - avalia o economista.

O cenário piora, mas isso não significa que o Brasil será jogado do precipício. No entanto, também não contribui para uma aceleração do crescimento.

- A gente continua estacionado na promessa de ser o futuro. Para o país se desenvolver precisa mesmo de um forte ajuste fiscal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2024

GOVERNO VAI SUBSTITUIR TERMELÉTRICAS A DIESEL POR ENERGIA SOLAR EM FERNANDO DE NORONHA

Projeto é um dos 'cartões postais' do plano de transição energética do Ministério de Minas e Energia
Por Bernardo Lima — Brasília

O Ministério de Minas e Energia publicou uma portaria para descarbonizar a geração de energia de Fernando de Noronha. A intenção é substituir o atual sistema de abastecimento a diesel por energia solar com baterias.



Fernando de Noronha, Pernambuco — Foto: Nelson Ricciardi

A empresa escolhida para o projeto foi a Neoenergia, que já é responsável pela geração de energia na ilha atualmente.

A companhia deve apresentar um plano de investimento estimado em R\$ 300 milhões nos próximos 30 dias, a partir da publicação da portaria do MME, realizada hoje. Após essa etapa, o plano deverá obter o licenciamento ambiental para entrar em operação.

O projeto é tratado como um dos símbolos do plano de transição energética que vem sendo implementado pelo Ministério. Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Noronha será o “cartão postal” da geração de energia limpa no país.

— Noronha será verde. Esse cartão postal do Brasil também será um exemplo de geração e uso de energia limpa e renovável e um símbolo do protagonismo do Brasil na transição energética — declarou Silveira.

Segundo a portaria, a substituição por energia solar será realizada de forma gradual, e a operação já deve estar concluída até 2027. O projeto também não poderá gerar custos adicionais aos consumidores.

Casas sociais com painéis solares e 'barco voador': Lula anuncia investimentos em mobilidade e cidades verdes

Atualmente, a geração de energia em Fernando de Noronha é fornecida por uma termelétrica movida a diesel, instalada na ilha. O combustível é transportado para o local por meio de avião ou barco.

A termelétrica continuará operando, mas no menor nível possível, para garantir a segurança energética da população.

Por depender de um sistema elétrico isolado devido ao fato de ser uma ilha, não é viável que a matriz energética local seja 100% solar, pois enfrentaria riscos de apagões em dias consecutivos de chuva ou de céu nublado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2024

AMAZON E MAGALU INVESTEM EM LOGÍSTICA PARA ENTREGAR MAIS E MAIS RÁPIDO NO NATAL E NA BLACK FRIDAY

Gigante americana chega a favelas do Rio, enquanto brasileira cria uma empresa especializada e aberta ao mercado

Por Glauce Cavalcanti — Rio



Com centro de distribuição na Baixada Fluminense, a Amazon abre três estações de entrega no estado e entra em favelas fluminenses — Foto: Rebecca Maria / Agência O Globo

Duas das grandes companhias do varejo digital estão ampliando suas operações logísticas no país na reta final do ano, período que concentra ao menos duas das principais datas do setor, a Black Friday e o Natal. A gigante americana Amazon agora conta com mais três bases de entrega no Rio de Janeiro — em Belford Roxo, Mangunhos e São Gonçalo —, acelerando

entregas em diversas regiões e marcando sua entrada em favelas fluminenses, em parceria com a FavelaLlog.

Já o Magazine Luiza criou a Magalog, uma operadora logística que reúne toda a estrutura da varejista no segmento, de olho em expandir o número de empresas na carteira de clientes e ampliar a receita.

— Grandes operações de varejo no mundo digital têm na inteligência logística um diferencial competitivo. Os dados disponíveis hoje permitem entender onde estão os clientes e como planejar toda a estrutura de entrega — destaca Ana Paula Tozzi, CEO da AGR Consultores.

A Amazon passa a contar com 18 polos logísticos no Estado do Rio, incluindo o centro de distribuição (CD) da companhia em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. No Brasil como um todo são 130 unidades de entrega e dez CDs. A estrutura vai permitir acelerar entregas em diversas regiões e levar produtos a favelas.

A operação será feita em parceria com a FavelaLlog, empresa do grupo Favela Holding, criado por Celso Athayde, e especializada em entregas feitas em regiões periféricas.

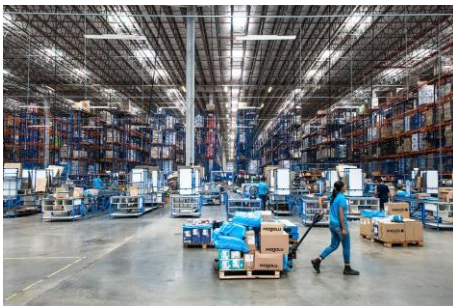
— Em São Paulo, começamos por Paraisópolis, em 2022. E já temos nove unidades de entrega cobrindo 100% dessas regiões de favelas na região metropolitana da cidade. Agora, estamos oferecendo isso no Rio — conta Rafael Caldas, líder de Logística da Amazon no Brasil. — Antes, o cliente recebia num ponto de retirada fora da comunidade. Agora, chegará na casa dele em até um dia ou dois, dependendo de onde sai a mercadoria.

Demanda reprimida

Sem o parceiro logístico local, continua o executivo, os prazos de entrega para residentes dessas áreas eram elásticos. Na Tijuca, Zona Norte do Rio, cita ele, a entrega é feita no máximo no dia seguinte, enquanto no Complexo da Maré, na região de Manguinhos, não eram incomuns prazos de cinco a até sete dias.

Ana Paula, da AGR, destaca que do ponto de vista de vendas as favelas são áreas com crescente poder de compra, avançando com o atual ganho de renda da população.

— Quando comparamos com o crescimento percentual da Amazon ano sobre ano no país, ele chega a ser quase o dobro numa área recentemente aberta de entrega em comunidade. Isso demonstra que tínhamos demanda represada ali. Com a eficiência de entrega, vem a fidelidade. E o cliente satisfeito se torna recorrente — destaca o executivo.



Centro de distribuição do Magalu em Guarulhos: Empresa criou a Magalog. Ficam abaixo dessa operadora os 21 centros de distribuição, 22 hubs de entregas, 153 bases operacionais parceiras, entre outros ativos — Foto: Divulgação/Germano Lüders

A FavelaLlog atua com uma equipe inteiramente recrutada nas comunidades atendidas pelo serviço de entrega, incluindo participantes do Recomeço, projeto de reinserção social de egressos do sistema penitenciário.

— Atuamos sempre junto à liderança da Cufa (Central Única de Favelas) em cada território, com pessoas que conhecem a região. Oferecemos treinamento, a moto e o combustível para que cada operador logístico possa focar na entrega — diz Guilherme Visnevski, sócio-diretor da FavelaLlog, destacando a geração de emprego e renda local. — A eficiência vem da união da tecnologia com o conhecimento do território.



As empresas atuam juntas utilizando aprendizado de máquina e inteligência artificial para aprimorar o aplicativo para mapear endereços e traçar rotas de entrega nas comunidades. Já há estudos para incluir outras favelas na operação, com a Rocinha como próximo passo.

Em outra ponta, o Magazine Luiza anunciou a criação da Magalog, reunindo toda a sua estrutura de operação logística em uma única empresa. Ficam abaixo dessa operadora os 21 centros de distribuição, 22 hubs de entregas, 153 bases operacionais parceiras, entre outros ativos, incluindo 9 mil empregados diretos.

Márcio Chammas, diretor-executivo da Magalog, explica que a empresa nasce com o objetivo de ampliar a capacidade logística da Magalu, reduzindo ainda mais o prazo de entrega, por exemplo. Hoje, a varejista já faz entregas ultrarrápidas, em um par de horas, em 139 municípios do país, dentre os 3.800 cobertos. “Vamos potencializar toda a capacidade logística em uma empresa que atua em todo o Brasil”, acrescentou Chammas, em nota.

Geração de receita

A Magalog já começa com faturamento anual de R\$ 3 bilhões, somando uma carteira com 70 clientes, como Centauro, Electrolux, Zara e Dafiti, além do próprio Magazine Luiza.

— Essa operação deixa de ser um centro de custo para ser geradora de receita. Passa a ser mais focada em eficiência, gerando lucro. Era um caminho previsto. Tem que ter escala e frequência de entrega para transformar uma divisão em uma nova empresa. E aí pode crescer oferecendo serviço logístico completo a qualquer empresa — destaca Ana Paula Tozzi.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA 1,6% E EMENDA 4 TRIMESTRES DE ALTA; SAIBA ONDE ELA CRESCEU MAIS E POR QUÊ

O consumo das famílias é um dos fatores que têm sustentado a recuperação da indústria brasileira, na avaliação de especialistas sobre os números divulgados pelo IBGE

Por Daniela Amorim (Broadcast)

RIO - A produção industrial brasileira fechou o terceiro trimestre com uma expansão de 1,6% em relação ao segundo trimestre deste ano, completando assim quatro trimestres consecutivos de avanço. Em setembro, o crescimento foi de 1,1% em relação a agosto, o melhor desempenho para esse período do ano desde 2020. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal divulgados nesta sexta-feira, 1º, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O forte aumento da demanda doméstica tem sustentado a recuperação da indústria brasileira. Tanto o consumo das famílias quanto o investimento em ativos fixos cresceram mais do que o esperado em 2024”, resumiu Rodolfo Margato, economista da gestora XP Investimentos, em nota.

O C6 Bank prevê um crescimento de 0,6% no Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, encerrando o ano com uma expansão de 3%, seguida de alta de 1,2% em 2025.

“De modo geral, a indústria teve um crescimento forte no terceiro trimestre e deve contribuir positivamente para a expansão do PIB do período”, lembrou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário. “Até o terceiro trimestre, a atividade industrial mostrou significativa resiliência. Nossa previsão é de que o setor feche o ano com um crescimento de 3%.”



Setor industrial ainda está 14,1% abaixo do patamar recorde de produção da série histórica, de maio de 2011, mas mostra dinamismo Foto: Gabriela Biló/Estadão

Embora o setor industrial permaneça 14,1% abaixo do patamar recorde de produção da série histórica, visto em maio de 2011, a leitura atual é de que a indústria mostra um maior dinamismo ao longo de 2024, apontou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

“A gente tem conjunturalmente alguns fatores que vão explicar muito desse maior dinamismo que a gente tem verificado ao longo de 2024, especialmente em relação a 2023”, disse Macedo.

Em setembro de 2024, a produção industrial operava em nível 2,9% acima do nível que encerrou o ano passado, em dezembro de 2023. A explicação para a melhora passa por um mercado com maior incorporação de trabalhadores, taxa de desocupação mais baixa, e massa de salários com crescimento, frisou Macedo. Houve avanço também das condições de crédito e queda na inadimplência, sob a influência da redução dos juros “num passado recente”, enumerou.

Quanto aos próximos meses, Macedo se abstém de fazer previsões, mas confirma que, tradicionalmente, há uma maior produção nesse período do ano, com vistas a encomendas para as datas comemorativas, como Black Friday e Natal.

Onde o crescimento foi maior

Em setembro ante agosto, a alta na produção industrial nacional foi decorrente de avanços em 12 dos 25 ramos pesquisados. As principais influências positivas partiram de derivados do petróleo e biocombustíveis (4,3%) e alimentícios (2,3%), mas também houve contribuições relevantes de veículos (2,5%), fumo (36,5%), metalurgia (2,4%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,3%).

Na direção oposta, entre as 12 atividades com perdas, as quedas mais significativas foram de indústrias extrativas (-1,3%) e de produtos químicos (-2,7%).

Considerando o conjunto da indústria de transformação, a produção registrou uma alta de 1,7% em setembro ante agosto, recuperando-se da perda dos dois meses anteriores.

“A transformação volta ao positivo, interrompendo dois meses de resultados negativos”, disse André Macedo. “Há um saldo positivo para esse setor da indústria de transformação”, completou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2024

LEILÃO DE RODOVIA: ANTT PUBLICA EDITAL PARA CONCESSÃO DE TRECHO DA BR-364 EM RONDÔNIA

Projeto ligará a capital do Estado, Porto Velho, ao município de Vilhena, com previsão de R\$ 6,3 bilhões de investimento ao longo de 30 anos de concessão

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou nesta sexta-feira, 1º, o edital para a concessão do lote Agro Norte, composto pelo trecho da rodovia federal BR-364, em Rondônia. O leilão foi agendado para 27 de fevereiro, na sede da B3, em São Paulo.

Este é o segundo lote a ser leiloado a partir do contrato de estruturação de rodovias federais celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério dos Transportes.

O projeto ligará as cidades de Vilhena e Porto Velho, totalizando cerca de 687 quilômetros. A previsão é de R\$ 6,3 bilhões ao longo de 30 anos de concessão.



BR-364 vai desde Cordeirópolis (SP) até Mâncio Lima (AC) Foto: Divulgação / DNIT

O trecho compõe uma alternativa de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, integrando-se com a hidrovía do Rio Madeira em Porto Velho. “A Rota Agro Norte é o principal corredor logístico para transportar 11 milhões de toneladas de grãos para embarque pelos terminais portuários de Porto Velho e interliga as principais cidades de Rondônia, como Vilhena e Ji-

Paraná, à capital”, afirma o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa.

As principais melhorias envolvem 108 km de duplicações complementadas com mais de 190 km de terceiras faixas em pista simples. Está prevista também a implantação do acesso aos novos terminais portuários de Porto Velho, além de vias marginais em determinadas travessias urbanas e a implantação de três pontos de parada e descanso para caminhoneiros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2024

LEILÃO DA ROTA DO ZEBU: ROTAS DO BRASIL ARREMATAM CONCESSÃO COM DESCONTO DE 15,3% SOBRE TARIFA BÁSICA

Consórcio composto pela Kinea e pelo grupo de construtoras Way Brasil é o vencedor do leilão promovido na sede da B3, em São Paulo, nesta quinta-feira, 31

Por Elisa Calmon (Broadcast)

O consórcio Rotas do Brasil arrematou a concessão da Rota do Zebu (BR-262), rodovia entre as cidades mineiras de Betim e Uberaba. Composto pela Kinea e pelo grupo de construtoras Way Brasil, o licitante saiu vencedor com um desconto de 15,3% sobre a tarifa básica de pedágio de R\$ 0,13969 por quilômetro para pista simples e R\$ 0,18160/km para disputa dupla, conforme data base de julho de 2023. O leilão foi promovido na sede da B3, em São Paulo, nesta quinta-feira, 31.

O projeto prevê R\$ 8,54 bilhões em investimentos nos 438,9 quilômetros concedidos. Do montante total, R\$ 4,4 bilhões serão voltados para obras e R\$ 4,1, bilhões para custos operacionais ao longo dos 30 anos de contrato.

O consórcio, que participou nesta quinta-feira, 31, do seu primeiro leilão rodoviário, venceu o fundo BTG Pactual Infraestrutura III no viva-voz. Em setembro, o fundo, que opera com capital de terceiros e não do próprio banco, já tinha estreado em certames com o leilão Rota dos Cristais (BR-040/GO/MG). No entanto, a francesa Vinci Highways, também novata, saiu como vencedora no certame federal mais disputado em seis anos.

A nova administradora deverá elaborar um plano de transição com a Triunfo Concebra, atual concessionária, para assegurar a continuidade dos serviços. A expectativa é de que o contrato seja firmado no primeiro trimestre de 2025.



A Rota do Zebu é a principal estrada para escoamento da produção pecuária mineira Foto: Jeff D'Avila/ANTT Foto: Jeff D'Avila/ANTT

Em 2020, a Triunfo solicitou a devolução da concessão. A empresa atribuiu o pedido à frustração de um financiamento esperado e também da receita, que foi penalizada pela recessão de 2014 a 2016, “causada por diversos fatores políticos e econômicos”.



Um dos corredores logísticos do País

Segundo o Ministério dos Transportes, o objetivo é ampliar a capacidade de tráfego na Rota do Zebu, cuja nomenclatura faz referência ao fato de Uberaba, localizada no triângulo mineiro, ter sido pioneira na criação deste tipo de raça de boi.

O ministério classifica o ativo como um dos mais relevantes corredores logísticos do País, cortando o Brasil de forma transversal e permitindo a conexão do interior com os portos, com destaque para o transporte de produtos agrícolas.

Entre as melhorias previstas na concessão, estão mais de 44,3 quilômetros implantação de 168,87 quilômetros de faixas adicionais e de 3,63 quilômetros de vias marginais. A nova concessionária também ficará responsável por instalar um Ponto de Parada e Descanso (PPD), 17 passarelas de pedestres, 100 pontos de ônibus, além de três passagens de fauna.

A Infra S.A. foi responsável pelos estudos que possibilitaram o leilão da rodovia. Com o modelo proposto pela empresa no edital, cerca de 60% do valor de investimento será realizado dentro dos primeiros sete anos da concessão.

Agenda cheia

Este é o quarto leilão rodoviário promovido pelo governo federal em 2024. A agenda prevê mais cinco certames até o final do ano, todos em dezembro. No dia 12, irão à disputa a BR-060/452 (GO) e duas em Mato Grosso do Sul: BR 262/267 e MS-040/338/95. Uma semana depois, será a vez dos lotes três e seis do Paraná.

No âmbito estadual, o governo de São Paulo leiloou na quarta-feira, 30, a Rota Sorocabana. Após uma disputa acirrada com a EcoRodovias, a CCR saiu vencedora com uma oferta de R\$ 1,6 bilhão. Pátria e EPR também participaram, mas só as duas melhores foram classificadas para a fase final.

O próximo leilão rodoviário paulista já tem data: 28 de novembro. O governo estadual irá conceder o trecho da Nova Raposo, com previsão de R\$ 7,9 bilhões em investimentos em 92 quilômetros de trechos de vias operadas atualmente pela ViaOeste e estradas sob gestão do DER-SP.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2024

AGRICULTORES PAULISTAS PEDEM A TARCÍSIO EXTENSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS AO SETOR ATÉ 2032

Documento assinado por grupo formado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, endereçado a governador, pede extensão de benefícios do ICMS, que podem vencer no fim do ano; governo diz que benefícios estão em avaliação

Por Carlos Eduardo Valim

Após reunião realizada na manhã desta sexta-feira, 1º, lideranças dos agricultores paulistas assinaram um documento conjunto, que será enviado ao governador Tarcísio de Freitas, pedindo que não seja adotado um plano que pode acabar com incentivos fiscais para o setor, especialmente relacionados ao ICMS. O comunicado foi assinado na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), em evento que contou com a participação de cerca de 40 associações.

Em fevereiro de 2023, o governador de São Paulo assinou decretos que reduziram a carga tributária para vários segmentos do setor produtivo paulista até 31 de dezembro de 2024. O objetivo era reduzir o custo de produção e estimular a economia no Estado. Alguns benefícios foram renovados e outros concedidos pela primeira vez na época. Entre os benefícios, estão alguns estabelecidos em fevereiro do ano passado, envolvendo benefícios fiscais de ICMS para energia elétrica, insumos agropecuários e alguns alimentos e bebidas, como forma de reduzir o custo de produção e estimular a economia local.

Há ainda o Convênio ICMS 100, de 1997, firmado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que estabeleceu benefícios que reduzem a base de cálculo do ICMS para diversos insumos agropecuários, resultando em carga tributária menor que 4%. O convênio acabaria em 2025, mas para o Estado de São Paulo os efeitos podem ficar vigentes apenas até este ano.

Agora o governo está avaliando caso a caso, se esses e outros benefícios para diversos setores serão mantidos, como parte de um plano de melhoria da eficiência dos gastos públicos. Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento informou que, em 2024, já foram analisados 71 benefícios fiscais, dos quais apenas 25 não foram renovados. Até o fim deste ano, está prevista a avaliação de cerca de 200 benefícios de ICMS.

O entendimento do agronegócio é que, com a unificação de impostos prevista pela reforma tributária, o setor será um dos que pagarão uma alíquota maior do que a atual, quando a nova regra estiver em plena vigência em 2032. Isso envolverá tanto produtos agrícolas específicos quanto insumos e serviços necessários para a produção, incluindo energia, fertilizantes e máquinas.

Frente a esse cenário, os integrantes da Faesp e de outras associações do agronegócio pedem para o governador não antecipar o aumento de encargos previsto e para manter, até a entrada em vigor da reforma, uma compensação fiscal para os produtores do Estado, que representa cerca de 20% do PIB do agronegócio nacional.

O setor manifesta “sua profunda preocupação com a possível extinção dos incentivos fiscais vigentes no Estado”, diz a carta ao governador. “Destacamos que outros Estados têm mantido e até mesmo ampliado seus incentivos fiscais com o objetivo de atrair investimentos para o setor agropecuário.”



Produção de soja seria afetada com o fim do benefício do ICMS, em dezembro. Estado de São Paulo representa 18% das exportações agropecuárias, segundo a Faesp Foto: José Maria Tomazela/Estadão

“O governador é uma pessoa muito sensível ao agronegócio. Ele vai entender a preocupação de todas as pessoas reunidas aqui”, afirmou o presidente da Faesp, Tirso Meirelles.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, a análise sobre a continuidade desses incentivos considera seus objetivos econômicos e sociais amplos, bem como a sua relevância em um cenário global em constante transformação. “Não se trata, portanto, de extinção ou fim indiscriminado de benefícios, mas de uma avaliação do estoque, cuja conclusão poderá ser a renovação.”

Essa estratégia faz parte do plano São Paulo na Direção Certa, que o governo conduz para a expansão dos investimentos, melhorar a efetividade dos gastos e para a redução de despesas correntes, modernização da administração.

“Com essas possíveis revisões de benefícios, o governo de São Paulo está fazendo uma antecipação da reforma tributária, e avalia acabar com isenções, reduções de base tributária e crédito outorgado, que tem sido pouco usado”, diz o diretor econômico da Faesp, Claudio Brisolara, que afirma que a análise já estaria adiantada por parte da secretaria, mas ainda não foi apresentada para as associações setoriais

Enquanto aguarda saber se os benefícios no ICMS estarão entre os que serão renovados, o setor defende que a questão será importante para o futuro econômico da região. A Faesp defende que o fim dos benefícios trarão três grandes impactos negativos. O aumento dos custos de produção, consequência do maior custo dos preços dos insumos, podem causar impacto nos preços finais ao consumidor. A perda de incentivos pode tornar os produtos paulistas menos competitivos no mercado internacional. As comunidades dependentes do agronegócio podem sofrer efeitos no emprego e na economia local.



Como exemplo, caso ocorra o fim da isenção do ICMS, produtos como o arroz, feijão e hortifrúteis, que hoje não são tributados, passariam a pagar 18% do imposto. Já o açúcar, que conta com redução de 7%, também pagaria a alíquota cheia de 18%.

Os impactos também podem acontecer na cadeia de produção. O setor tem isenção do imposto na energia elétrica e poderia pagar 12% de ICMS no consumo desse serviço.

O impacto total no preço dos insumos, contabilizando também máquinas e combustíveis, poderia subir 16,3% e resultar numa alta de R\$ 1,5 bilhão, segundo estudo encomendado para a consultoria Tendências, pela associação de produtores de insumos como mudas, sementes e defensivos químicos Croplife.

“Podemos ter um aumento significativo no preço final dos alimentos, com o aumento do custo de produção”, afirma o presidente da Croplife, Eduardo Leão.

A pesquisa estima ainda um possível aumento de preços de alimentos, como 6,3% do feijão, 5,6% da cebola e 5,4% da soja.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/11/2024

PIX PASSA O CARTÃO DE CRÉDITO COMO MEIO DE PAGAMENTO ONLINE PREFERIDO NO BRASIL, DIZ PESQUISA

Modalidade se tornou a forma de pagamento mais empregada nas compras online, segundo estudo do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)

Por Redação

O Pix superou o cartão de crédito e se tornou a forma de pagamento mais empregada no comércio online, segundo uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), divulgada na última quinta-feira, 31.

O dado é um recorte de uma pesquisa maior, denominada TIC Domicílios, que traça um retrato da conectividade entre os brasileiros. Feita há 20 anos pelo Cetic.br, ela constatou nesta edição que 85% das residências em áreas urbanas do País têm acesso à rede de internet, uma grande evolução ante os 13% de 2005. O estudo traz detalhes sobre o perfil de uso da internet no País, as habilidades digitais dos brasileiros para usar esses recursos e os serviços públicos online, além do comércio eletrônico.

Em relação especificamente ao Pix, dado que integra o capítulo sobre comércio online, 84% daqueles ouvidos pela pesquisa disseram usar esse meio de pagamento no ambiente digital. Enquanto isso, 67% dos entrevistados disseram usar o cartão de crédito - uma mesma pessoa pode usar mais de uma forma de pagamento para fazer as suas compras online.



84% daqueles ouvidos pela pesquisa disseram usar o Pix como meio de pagamento no ambiente digital; 67% dos entrevistados disseram usar o cartão de crédito. Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Embora a pesquisa do TIC Domicílios seja anual, a sondagem sobre o comportamento dos brasileiros em relação ao comércio eletrônico é feita de dois em dois anos. Em relação a 2022, última vez que a pesquisa abordou o e-commerce, houve uma evolução de 18 pontos percentuais entre aqueles que usam o Pix.

“Neste ano, a pesquisa destaca o crescimento do Pix como forma de pagamento das compras realizadas pela internet, puxado pelas classes sociais D e E, com menor acesso ao cartão de crédito”, enfatiza o gerente do Cetic.br, Alexandre Barbosa.

Os maiores aumentos no pagamento por Pix ocorreram entre as classes B (de 63% para 82%), C (de 68% para 86%) e D/E (de 60% para 78%). Os pagamentos feitos por boletos bancários caíram quase pela metade, de 43% em 2022 para 24% em 2024, diferença de 19 pontos percentuais, segundo o Cetic.br.

O que as pessoas mais compram?

Segundo o estudo, o grupo de roupas, calçados e material esportivo foi o que teve maior crescimento nas compras online pelos consumidores. Enquanto em 2022 eles representavam 64% das compras, agora somam 71%. Em segundo lugar aparecem os cosméticos e itens de higiene pessoal, que somam 41% (em 2022, respondiam por 34%).

Outro dado que chamou a atenção dos pesquisadores foi o avanço do pagamento por serviços de músicas pela internet, passando de 13% em 2022 para 19% agora.

Aplicativos de lojas no telefone celular foram mencionados por 65% dos usuários que compraram online, enquanto 22% citaram ter comprado por meio de redes sociais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2024

EUA: 'DADOS DE EMPREGO EM OUTUBRO SÃO UMA FARSA', DIZ ECONOMISTA-CHEFE DA MOODY'S

Segundo Mark Zandi, o levantamento chamado payroll (folha de pagamento) traz uma narrativa falsa, influenciada pelo impacto temporário dos furacões e da greve na Boeing

Por Karoline Guimarães

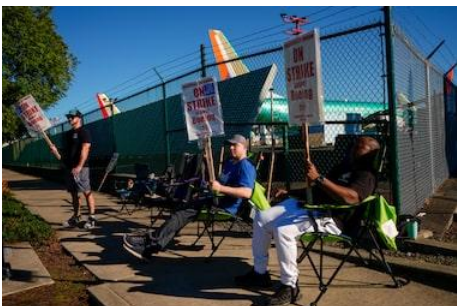
O economista-chefe da agência Moody's, Mark Zandi, publicou em sua conta do X que o relatório — também conhecido como payroll ("folha de pagamento") — divulgado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos nesta sexta-feira, 1º, "como esperado, e é uma farsa".

A análise de Zandi sobre o resultado do relatório não difere de outros economistas, sugerindo que os dados não indicam que os EUA rumam para uma recessão. Para ele, os dados divulgados representam uma narrativa falsa "sobrecarregada pelo impacto temporário dos furacões e da greve da Boeing".

Analistas consultados pelo Estadão/Broadcast já previam a taxa de 4,1% no desemprego dos EUA em outubro, inalterada em relação à do mês anterior. Em termos líquidos, 12 mil empregos foram criados. Analistas esperavam criação de 70 mil a 180 mil vagas, com mediana de 100 mil.

Também era esperada a revisão para baixo dos números de empregos criados em setembro, de 254 mil para 223 mil; e em agosto, de 159 mil a 78 mil.

"As taxas de resposta à pesquisa de empresas usada para construir a estimativa de emprego também foram extraordinariamente baixas devido a um período de coleta muito curto para as respostas. Abstraindo esses eventos pontuais, o emprego aumentou em cerca de 150 mil, quase o mesmo que os ganhos nos últimos meses. Isso, combinado com a taxa de desemprego estável e baixa de quase 4% e o crescimento salarial robusto de 4%, é justo dizer que o mercado de trabalho continua sólido como uma rocha", escreveu Zandi, na publicação.



Greve de funcionários da Boeing pode ter afetado dados do trabalho para os Estados Unidos como um todo Foto: Lindsey Wasson/AP

Em outubro, o salário médio por hora aumentou 0,37% em relação a setembro, ou US\$ 0,13, a US\$ 35,46, variação que ficou acima da projeção do mercado, de alta de 0,3%. Na comparação anual, houve ganho salarial de 3,99% no último mês, praticamente em linha com a previsão de 4%.

Os furacões que atingiram os EUA em outubro provavelmente afetaram as estimativas de empregos em algumas indústrias, segundo o Departamento do Trabalho americano.

O documento ressalta, porém, que não é possível quantificar o efeito líquido nas variações mensais das estimativas para o nível de emprego nacional, horas trabalhadas ou vencimentos porque a pesquisa não foi elaborada de forma a isolar os efeitos de fenômenos meteorológicos extremos.

As apostas no corte de juro nos EUA

O mercado consolidou expectativas por um corte de 25 pontos-base (0,25 ponto percentual) nos juros americanos pelo Federal Reserve (Fed), o banco central americano, na decisão de novembro, após a leitura fraca do payroll. Investidores também ampliaram as probabilidades de um ciclo de relaxamento monetário firme até meados do próximo ano, embora em ritmo moderado.

Segundo ferramenta do CME Group, a chance de o Fed reduzir juros em 0,25 ponto percentual na próxima quinta-feira subiu de 93,1% antes do payroll para 99,5%, por volta das 9h50 (de Brasília). A probabilidade de redução acumulada de 0,50 ponto percentual até dezembro também subiu de 70,8% para 81,8% no período, praticamente zerando as chances de manutenção dos juros em 2024.

O mercado ainda vê chance de apenas um corte de 0,25 ponto percentual até o fim do ano, embora com margem menor, de 27,6% para 17,7% após o payroll.

Para 2025, os investidores ampliaram probabilidade de redução acumulada de 1 ponto percentual nos juros pelo Fed até maio, de 35,6% para 42,2%. A chance de cortes menores, de 0,75 ponto percentual, continua em segundo lugar, mas perdeu vantagem ao cair de 34,3% para 27,5% após o payroll. Em terceiro lugar, a probabilidade de redução mais agressiva, de 1,25 ponto percentual, subiu de 13,2% para 22,2% no período. /Com Laís Adriana e Sergio Caldas

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2024

PRESIDENTE DO BRADESCO SOBRE CORTE DE GASTOS POR LULA: 'CHEGOU A HORA, ESTÃO DIZENDO E VÃO FAZER'

Em entrevista exclusiva à 'Coluna do Estadão/Broadcast', Marcelo Noronha diz que o pacote em estudo pelo governo deve evitar estresse na economia; questionado sobre Galípolo à frente do BC respondeu: 'Não perco o sono com isso'

Por Roseann Kennedy e Matheus Piovesana (Broadcast)

Entrevista com

Marcelo Noronha - Presidente do Bradesco



Otimista com o pé no chão, como ele mesmo se define, o presidente do Bradesco, Marcelo Noronha, espera que a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva entregue um pacote de contenção dos gastos públicos que ajude a melhorar as expectativas do mercado para os juros e para a inflação, e evite um "cenário de estresse" em que o crescimento da dívida pública tornaria a política monetária ineficaz.

"O cenário de estresse, na nossa visão, é pouco provável, e seria de as entregas fiscais ficarem muito aquém do que o mercado espera, o câmbio andar, bater na inflação, e a política monetária ficar sem efeito. Aí o PIB seria muito menor", afirmou em entrevista exclusiva à Coluna do Estadão/Broadcast. "Acho que eles vão entregar um bom pacote de gasto", reforçou o presidente do segundo maior banco privado do País. "Acho que chegou a hora, estão dizendo e vão fazer. Tenho a expectativa de que se faça o suficiente."

O executivo não arrisca um número “mágico” para o corte de gastos, mas avalia ser preciso tomar medidas em várias linhas. Na visão dele, por exemplo, há espaço para rever a política de reajuste do salário mínimo, que influencia os gastos da Previdência. Também considera necessário cuidado no debate sobre a isenção do imposto de renda para pessoas que ganhem até R\$ 5 mil mensais.

Diante do aumento das despesas públicas, os agentes econômicos têm projetado um crescimento da dívida em relação ao PIB, o que pressiona as expectativas para os juros, o dólar e também a inflação.

Noronha ressalta que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está trabalhando para entregar o ajuste fiscal e não o vê isolado no governo. “Não acredito nisso (que Haddad esteja sozinho no governo). O presidente (Lula) disse que está dando todo o apoio para ele. Temos de ter expectativa positiva e dar esse voto de confiança.” Há duas semanas o presidente do Bradesco e CEOs de outros bancos privados no País tiveram reunião com Lula.

Marcelo Noronha mantém a confiança na independência do Banco Central e não espera uma guinada na política monetária com a chegada de Gabriel Galípolo à presidência da instituição. “Acho que nem o Galípolo e nem ninguém colocaria sua reputação em jogo errando na política monetária. Não perco sono com isso”, destacou.

O atual diretor de Política Monetária do BC foi indicado à presidência por Lula após o chefe do Executivo fazer uma série de críticas à condução dos juros pela gestão de Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro e que comanda o Banco Central até o dia 31 de dezembro. Esse fator ajudou a ampliar os temores do mercado de uma interferência nas decisões da autoridade monetária.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

Temos um cenário com indicadores econômicos de crise nos juros e no dólar. Por que estamos nessa situação, e que medidas o governo precisa adotar para resolver esse cenário?

A expectativa é de que o ministro Haddad entregue uma proposta de redução de gastos que poderia contemplar algumas despesas abaixo do arcabouço, diferentemente do que o mercado chegou a comentar, de que se poderia tirar algumas despesas do arcabouço. O que pega no mercado é a dívida sobre o PIB, que deve atingir 79,5% no final deste ano e poderia crescer para mais de 80% ao longo de 2025. O mercado não quer ver somente a arrecadação, mas também o gasto público contido. Fizemos uma visita ao presidente, com a Febraban e um conjunto de bancos, e o ministro Haddad estava lá. Ninguém foi lá para fazer reivindicação, mas para apoiar o ministro Haddad na política fiscal. Temos decisões políticas e decisões econômicas que têm de ser tomadas no âmbito governamental. Mudar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil pode ter um custo muito grande para o poder público. O salário mínimo é importante para a sociedade, mas, se não me falha a memória, temos um dos maiores salários mínimos reais da história. Talvez seja o caso de continuar dando aumento real, mas ao redor de 0,5%. Há muitas formas de se conter o gasto público indo ao encontro do que deseja a sociedade, e o ministro Haddad tem essa consciência. O câmbio bate na inflação, e não está sujeito somente à questão interna. O outro lado da moeda é a economia real. Temos um nível de desemprego baixo para a história do Brasil, a renda real do trabalhador crescendo mais de 6% e o PIB crescendo 3% esse ano. Tem um Brasil funcionando, e que funciona diferente em cada região. Voltando à política fiscal, com esse desemprego, deveríamos crescer o seguro-desemprego? Havia um critério passado que funcionava, e agora temos de revê-lo.

Esses dados sugerem otimismo, mas o mercado reage com ansiedade. Mercado e governo enxergam mundos diferentes? O que há de crise real ou crise de expectativa?

A crise se torna real por expectativa. O mercado, não os bancos, mas outros agentes econômicos, cria expectativas diferentes por conta do endividamento público. Subir a taxa de juros eleva o custo da dívida pública e, portanto, a dívida pública sobe. Por isso, se espera que o governo entregue a contenção dos gastos públicos para vermos uma expectativa melhor. A economia real não está mal, mas também é uma ofensora para a política monetária, que tem de olhar para os núcleos de inflação.

O governo erra ao demorar para apresentar esse ajuste?

Não digo que erra, não tenho capacidade de avaliar o contexto político. Mas acho que chegou a hora, estão dizendo e vão fazer. Tenho a expectativa de que se faça o suficiente.

E nesse suficiente tem um número mágico, que vocês imaginam que acalmaria o mercado?

Não tenho esse número, mas acho que não é em uma linha, e sim em algumas. Colocar outras despesas debaixo do arcabouço é positivo não só para agora, mas também para médio e longo prazo.



'A crise se torna real por expectativa', diz o presidente do Bradesco, Marcelo Noronha Foto: Werther Santana/Estadão

Como isso pode mudar a expectativa que o banco tem para o crédito? Por que há essa divergência entre o mercado financeiro, que tem uma visão mais pessimista, e os bancos, que parecem ter uma visão menos pessimista ou até otimista?

Eu sou otimista com o pé no chão. Uma variável que fala de expectativa dos bancos é o crescimento do crédito que o Banco Central mostrou, de 9,9% (em setembro), crescendo mais na pessoa física. Estamos fazendo o dever de casa. Quando dizem que o cenário se deteriorou, eu digo que isso é etéreo. Com base no cenário deteriorado, qual o significado para o nosso setor e a nossa companhia? Estamos com modelos de crédito muito melhores, uma unidade de crédito tinindo, e vamos entregar cada vez mais resultado. Quando olho para a pessoa física, temos uma participação importante em todas as faixas de renda, e crescemos em modalidades como o consignado. Olhando para o horizonte, há um cenário base e um cenário de estresse. O cenário de estresse, na nossa visão, é pouco provável, e seria de as entregas fiscais ficarem muito aquém do que o mercado espera, o câmbio andar, bater na inflação, e a política monetária ficar sem efeito. Seria um cenário ruim. Já no cenário mais provável, a taxa de juros pode chegar a 12,5%, 13% ao ano. O PIB pode crescer 2%, e o nível de desemprego pode ficar em torno de 8%, o que para o Brasil, no histórico, é bom. Para o nosso setor é um cenário positivo. A renda real, que deve crescer 6,3% neste ano, pode crescer mais 2,5% no ano que vem. No Bradesco, não queremos entrar no crédito estressado, mas em linhas mais comedidas do crédito clean (sem garantia) para pessoa física, dependendo do rating, do relacionamento. Crescemos no crédito consignado e na alta renda. Nas empresas, com o tipo de portfólio que operamos, estamos tranquilos para enfrentar os dois cenários. Obviamente, tiramos o pé se o cenário se deteriorar.

Qual a expectativa de Selic que vocês têm para 2025? Existe algum temor de que com a mudança no Banco Central, haja menos independência?

Nenhum. Acho que nem o Galípolo e nem ninguém colocaria sua reputação em jogo errando na política monetária. E tem uma continuidade positiva, um time que continua na diretoria. Não perco sono com isso. A taxa de juros vai depender muito do câmbio, dos núcleos de inflação. Mas devemos continuar a ver a taxa crescendo na reunião do Copom no início do ano. A depender do horizonte, ela para em 12,5% ou 13%. Se a política fiscal estiver no lugar, o câmbio estiver comportado e o núcleo de inflação também, podemos ver queda de taxa de juros no segundo semestre do ano que vem, de volta a 11,75%.

Vocês acreditam no cumprimento, pelo governo, do resultado primário?

Temos de acreditar e estimulamos isso. Acho que eles vão entregar um bom pacote de gasto. Tenho ouvido o Haddad falar, e nessa reunião que fizemos ele foi muito enfático. O presidente disse que está dando todo o apoio para ele. Ninguém quer passar para a história com o carimbo de que não fez o dever de casa com o gasto público. Temos de ter expectativa positiva e dar esse voto de confiança.

Existe uma máxima no ambiente político, quando se trata de economia, que diz que, quando um ministro precisa que o presidente reforce em público que ele tem força e apoio, é porque ele está enfraquecido.

Não vejo dessa forma. Escutei dos outros colegas, CEOs de banco, todo mundo muito bem impressionado.

Haddad está sozinho na briga pelo ajuste?

Não acredito nisso, e ele está trabalhando para entregar. Tenho visto isso o tempo todo nas discussões com a Febraban. Tem coisa que se precisa aprovar no Executivo, e coisa que se precisa aprovar no Legislativo, e aí tem desafios políticos. Mas que tem gatilho e várias linhas que podem ser entregues para o equilíbrio fiscal, não tenho dúvida.

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 01/11/2024

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

TRIUNFO NÃO CHEGA A ACORDO SOBRE VIRACOPOS E ARBITRAGEM DA CONCESSÃO É RETOMADA

“A concessionária reafirma seu compromisso com a continuidade da prestação de serviços, objeto da concessão”, diz a empresa

Por *Felipe Laurence, Valor* — São Paulo



Triunfo não chega a acordo sobre Viracopos e arbitragem da concessão é retomada — Foto: Luis Ushirobira/Valor

A Triunfo anunciou que não chegou a um acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos e a para pacificar as controvérsias em torno do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), para buscar alternativas ao processo de relicitação da concessão.

Com o encerramento das negociações, que tinham como mediador o Tribunal de Contas da União (TCU), foi retomada a arbitragem em vigor, até então suspensa, que trata de reequilíbrios contratuais relacionados à concessão.

“A concessionária reafirma seu compromisso com a continuidade da prestação de serviços, objeto da concessão, nos elevados padrões de qualidade já reconhecidos ao longo dos 12 anos de vigência do contrato”, diz a Triunfo.

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 01/11/2024

EDUARDO PAES CONFIRMA FECHAMENTO DO SANTOS DUMONT PARA O G20

Segundo Paes, o pedido foi feito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve oficializar decisão até sexta-feira (1º)

Por *Paula Martini, Valor* — Rio



Aeroporto Santos Dumont ficará fechado nos dias 18 e 19 de novembro — Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, confirmou, nesta quinta-feira (31), que o aeroporto Santos Dumont ficará fechado nos dias 18 e 19 de novembro, quando acontece a cúpula dos chefes de Estado do G20, na capital fluminense. Os voos serão transferidos para o aeroporto internacional Tom Jobim, na zona norte.



Segundo Paes, o pedido foi feito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve oficializar decisão até sexta-feira (1º). “Imagino que eles [o governo federal] vão formalizar isso entre hoje e amanhã. Eu conversei com o presidente [Lula] ontem pela manhã, por isso ousei veicular e tornar público o nosso pedido”, afirmou.

As declarações foram dadas durante entrevista coletiva que apresentou o plano operacional para a capital fluminense durante o evento. Na quarta (30), o prefeito já havia defendido o fechamento do Santos Dumont durante a entrega das obras de revitalização do Museu de Arte Moderna do Rio (MAM Rio) para realização do encontro de líderes internacionais.

O Itamaraty também solicitou o fechamento do terminal doméstico durante os dois dias de evento por motivos de segurança, como mostrou o jornal “Folha de S. Paulo”. Inicialmente, porém, a Força Aérea Brasileira (FAB) havia decidido manter o aeroporto aberto. Segundo Paes, a medida é necessária por motivos de segurança e logística.

“A gente solicitou, por motivos de segurança e circulação na cidade, que os voos desses dois dias de cúpula pudessem ser deslocados para o Galeão uma vez que acabaria gerando problemas no Santos Dumont. Já oficiei isso formalmente. Sei que um monte de companhia aérea está meio infeliz comigo, mas entendemos que é uma necessidade”, disse o prefeito.

GLO e megaferiado

Paes também afirmou que o governo federal deve anunciar, em breve, a decretação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o período da cúpula. A GLO prevê a participação de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica no patrulhamento das ruas e é determinada a partir de ordem assinada pelo presidente da República.

“O que a gente sabe é que eles já decidiram pela GLO, mas quem vai detalhar são as forças federais com o governo do Estado”, afirmou Paes.

Além do encontro dos líderes mundiais nos dias 18 e 19, a cidade irá receber uma série de eventos entre os dias 14 e 19 de novembro, como o Urban20 Summit (U20), cúpula de prefeitos do G20, e o G20 Social, evento da sociedade civil, realizado na região portuária.

Festival de música

Na Praça Mauá, haverá ainda um festival de música, de 14 a 17 de novembro, com apresentações de Ney Matogrosso, Zeca Pagodinho, Seu Jorge, Diogo Nogueira, entre outros.

Para facilitar o deslocamento das delegações foi decretado feriado para algumas categorias nos dias 18 e 19 de novembro. Com isso, haverá um megaferiado de seis dias (de 15 a 20 de novembro) no município.

O prefeito também anunciou uma série de alterações no funcionamento da cidade para o G20, como o fechamento do Aterro do Flamengo, suspensão da área de lazer da região e restrições de acesso à zona portuária.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MODEC RESPONDE POR QUASE 40% DA PRODUÇÃO DA PETROBRAS NO CAMPO DE TUPI

Da Redação Offshore 01/11/2024 - 16:19



A Modec, por meio de três unidades FPSO no campo de Tupi, é responsável por 37% da produção acumulada de 3 bilhões de barris de petróleo ao longo dos últimos 15 anos no pré-sal da Bacia de Santos, conforme relatório da Petrobras. Os FPSOs Cidade de Angra dos Reis MV22, Cidade de Mangaratiba MV24 e Cidade de Itaguaí MV26 produziram juntos cerca de 1,1 bilhão de barris de óleo desde 2010, quando o MV22 se tornou a primeira unidade a operar comercialmente no pré-sal brasileiro.

O relatório de produção e vendas do terceiro trimestre de 2024 da Petrobras destacou o campo de Tupi como o maior produtor de petróleo do pré-sal brasileiro. O gerente de desenvolvimento de negócios da Modec, destacou o compromisso da equipe em manter a excelência operacional e o papel de pioneirismo das embarcações no pré-sal. Com mais de 55 anos de atuação global, a Modec está presente no Brasil há mais de 20 anos, operando 13 plataformas no país e empregando mais de 3,2 mil pessoas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/11/2024

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO STS08 SERÁ NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA (6)

Da Redação Portos e logística 01/11/2024 - 16:11



A Autoridade Portuária de Santos (APS) programou uma audiência pública online para discutir o leilão da área STS 08, um terminal de granéis líquidos minerais localizado na margem direita do Porto de Santos. O evento ocorrerá na próxima quarta-feira (6), às 9 horas. A área STS 08, com 152,2 mil metros quadrados, destina-se ao armazenamento de granéis líquidos, como combustíveis. O projeto prevê a construção de quatro novos berços, tanques de armazenamento e dois viadutos, a fim de aumentar a capacidade de tancagem e

movimentação de líquidos.

A APS espera que, após 30 dias de consulta pública, o projeto seja submetido ao Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliação e, posteriormente, leilado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A audiência pública integra a consulta pública sobre o arrendamento da área, disponível na plataforma Participa + Brasil. Interessados em participar do debate devem se inscrever até domingo, 3 de novembro, mas a transmissão será aberta para o público sem necessidade de inscrição.

Localizado na Alemoa, o terminal contará com conexões para dutovias, rodovias e píeres, facilitando o transporte e escoamento de granéis líquidos. Os viadutos necessários serão construídos pela Ecorodovias, fruto de um convênio entre o governo do estado de São Paulo, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a APS.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/11/2024

PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL ATINGIU MAIS DE 3 MILHÕES DE BOE/D EM SETEMBRO

Da Redação Offshore 01/11/2024 - 16:25



A produção de petróleo e gás no pré-sal atingiu 3,681 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em setembro, estabelecendo um novo recorde tanto em volume quanto em participação na produção nacional, representando 81,2% do total. A produção total de petróleo e gás no Brasil, considerando todos os ambientes, foi de 4,539 milhões de boe/d. Especificamente, a produção nacional de gás natural atingiu um recorde de 169,92 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), marcando um aumento de 6,4% em relação a agosto de 2024 e

de 7,6% quando comparada a setembro de 2023. A produção de petróleo no país totalizou 3,470 milhões de barris por dia (bbl/d), um crescimento de 3,9% em relação ao mês anterior, embora apresentando uma redução de 5,5% em comparação com setembro do ano passado.

No pré-sal, os 3,681 milhões de boe/d representam um crescimento de 6,3% em relação a agosto de 2024 e de 2,4% frente a setembro de 2023. Deste volume, 2,864 milhões de bbl/d foram de petróleo, e 129,90 milhões de m³/d de gás natural, provenientes de 153 poços. O aproveitamento do gás natural foi de 97,9%, com 56,87 milhões de m³/d disponibilizados ao mercado e uma queima de 3,63 milhões de m³/d. A queima de gás aumentou 0,6% em relação ao mês anterior e 8,3% em relação ao mesmo período de 2023.

A maior parte da produção brasileira em setembro ocorreu em campos marítimos, que responderam por 97,6% do petróleo e 83,6% do gás natural. A Petrobras, operando sozinha ou em consórcio, foi responsável por 90,54% da produção nacional. O campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, destacou-se como o maior produtor, com 850,91 mil bbl/d de petróleo e 43,59 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com maior produção foi a FPSO Guanabara, na jazida compartilhada de Mero, com uma produção diária de 182.028 bbl/d de petróleo e 11,95 milhões de m³/d de gás.

De acordo com a ANP, a produção pode variar devido a fatores como paradas programadas para manutenção, comissionamento de novas unidades e entrada de novos poços em operação. Para detalhes adicionais, acesse o Boletim Mensal da Produção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/11/2024

BUNKER ONE E RAÍZEN FIRMAM ACORDO DE COMERCIALIZAÇÃO EXCLUSIVA DE LUBRIFICANTES MARÍTIMOS DA SHELL NO BRASIL

Da Redação Navegação 31/10/2024 - 23:15



Expectativa é aumentar vendas em 30% a partir da ampliação da parceria. Portfólio inclui produto biodegradável

A Bunker One Brasil firmou um novo acordo com a Raízen para comercializar lubrificantes Shell Marine em todo o território nacional com exclusividade. A Bunker One distribui lubrificantes marítimos da Shell desde 2012, e a Raízen é responsável pela fabricação e disponibilização desses produtos no país desde 2022. Além de fortalecer a parceria, o novo contrato dá à empresa de origem dinamarquesa exclusividade na distribuição e expande a comercialização para todo o Brasil pelos próximos cinco anos.

Com a elevação ao status de macro distribuidora para o segmento marítimo, a Bunker One passa a atender também subsegmentos como cabotagem, navegação de longo curso e estaleiros. “Calculamos que essa exclusividade vai gerar um incremento no volume de vendas de cerca de 30% chegando a 1.000 metros cúbicos por ano”, afirmou o diretor comercial da Bunker One Brasil, Filipe Fernandez.

“Para mantermos o padrão de excelência no atendimento, nossa equipe de lubrificantes está sendo redimensionada em toda sua estrutura, o que inclui as áreas comercial, logística e técnica, triplicando de tamanho, para atuar de forma integrada e focada na manutenção dos atuais clientes e na conquista de novas contas”, acrescentou Fernandez.

A Bunker One informou que, ao se tornar a única empresa do Brasil autorizada a vender os lubrificantes marítimos da Shell, também terá em seu portfólio de produtos uma opção mais sustentável, de lubrificante biodegradável. O produto será fabricado a partir de matérias-primas renováveis e sustentáveis de base biológica. Os produtos da Shell para o segmento marítimo são

compostos por óleos básicos e aditivos de destaque global, desenvolvidos segundo elevados padrões de pesquisa e tecnologia.

Essas características proporcionam melhor performance aos equipamentos por períodos prolongados e sem perder suas características, o que reduz custos para o armador e minimiza a geração de resíduos para o meio ambiente – com menos troca de óleo, há menos descarte não só do produto, mas também de filtros e embalagens. A Shell possui a tecnologia exclusiva GTL (Gas To Liquid) com lubrificantes produzidos a partir de gás natural, garantindo pureza extrema e proteção reforçada dos maquinários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 31/10/2024

BRASKEM INICIA OPERAÇÕES NA CABOTAGEM E PROJETA AUMENTO DE FROTA ATÉ 2026

Por Danilo Oliveira Navegação 31/10/2024 - 23:00



Com outorga de EBN e gestão própria da logística marítima, empresa do segmento petroquímico espera economia anual de R\$ 10 milhões

A Braskem iniciou operações próprias de cabotagem e prevê o aumento de frota nos próximos dois anos. A empresa do segmento petroquímico estima uma economia de aproximadamente R\$ 10 milhões por ano com as operações marítimas. A primeira operação própria ocorreu no último dia 27 de setembro, na rota entre os portos de Aratu (BA) e do Rio de Janeiro (RJ).

O navio Costa do Futuro, com capacidade para 4.900 toneladas, transportou propeno. Neste primeiro navio, a Braskem possui contrato com a Vships, que é responsável pela gestão da tripulação e gestão técnica da embarcação. Já a gestão náutica, é totalmente realizado por equipe própria da Braskem.

A empresa destacou que a operação inaugural ocorreu dois meses após a obtenção da outorga como empresa brasileira de navegação (EBN) junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A Braskem, apontada como maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, pretende melhorar a competitividade no mercado e solucionar gargalos logísticos. O grupo possui portfólio de resinas plásticas e produtos químicos para diversos segmentos, como embalagens alimentícias, construção civil, industrial, automotivo, agronegócio, saúde e higiene, entre outras áreas. A companhia hoje exporta para clientes em mais de 70 países e conta com 40 unidades industriais no Brasil, EUA, México e Alemanha.

“Há mais de quatro anos, planejávamos ter nossa própria gestão de cabotagem. Com isso, vamos aumentar a nossa eficiência logística, área estratégica para o negócio, além de diminuir a emissão de gases do efeito estufa no meio ambiente, conquistando uma operação cada vez mais eficiente e sustentável”, afirmou o gerente de logística da Braskem, Eduardo Ivo Cavalcanti.

Cavalcanti ressaltou que a Braskem só conseguiu se tornar uma EBN após a flexibilização das regras de afretamento de embarcações, a partir da criação do programa de estímulo ao transporte por cabotagem (BR do Mar). Antes de se tornar uma EBN, a Braskem utilizava uma embarcação com tripulação estrangeira. Com isso, a cada três meses, era preciso que o navio saísse do Brasil para realizar a renovação do visto, obrigatória para embarcações internacionais. “A lei acabou com a necessidade de comprovar a posse de embarcações brasileiras, como exigia a legislação anterior”, explicou.

Com a operação própria de cabotagem, a Braskem pode afretar ou ter propriedade dos navios, com tripulação contratada para realizar o transporte marítimo de produtos. A empresa projeta um impacto de geração de renda local, já que a tripulação contratada é toda composta por brasileiros — duas

turmas de 16 pessoas. A companhia também estima reduzir, com o primeiro navio, a emissão de 1.800 toneladas de CO₂, por meio de otimização no tempo de ociosidade.

A Braskem encomendou quatro navios, com entregas até 2026. Para 2025, a empresa espera a entrega de um navio em janeiro e outro em março. Há previsão de outras duas embarcações no ano seguinte. A empresa informou que, desde a outorga para operar como EBN, já iniciou os estudos para construção de navios para cabotagem brasileira, com horizonte de três anos para projeto e construção. A estratégia é que os navios próprios ampliem a vantagem comercial nos próximos anos. “É algo que nos torna um player no transporte marítimo brasileiro e mundial, permitindo que ofereçamos serviços para companhias terceiras”, destaca Cavalcanti.

Os dois primeiros navios que serão entregues no ano que vem são embarcações gaseiras de médio porte que a Braskem planeja usar no trading internacional de etano - inicialmente para o suprimento de matéria-prima da planta da empresa no México. Os outros dois navios, também já encomendados, serão destinados ao trading internacional de nafta - a princípio para o fornecimento de matéria-prima para as plantas do grupo no Brasil. A Braskem tem, em fase inicial, estudos de viabilidade, tanto para cabotagem, quanto para a operação fluvial da companhia no Rio Grande do Sul.

Neste primeiro momento, a empresa considera o Costa do Futuro na operação e tem avaliações internas sobre ampliação da frota. As quatro embarcações serão construídas em estaleiros no exterior. “Para os navios em construção, ou os já encomendados, a escolha foi por estaleiros no exterior. Para a cabotagem, ainda estamos em avaliações iniciais e, por isso, não existe uma definição”, disse Cavalcanti à Portos e Navios.

O crescimento da frota de cabotagem no Brasil e aquecimento de outros segmentos da navegação trouxeram dificuldades para a empresa compor a tripulação para a operação marítima. Segundo Cavalcanti, esse foi um dos desafios para o início desse projeto. “Neste início das operações, teremos tal serviço terceirizado, mas acompanharemos de perto a busca e o processo de contratação. Claramente existe no Brasil uma disparidade entre a disponibilidade de profissionais e o crescimento da indústria marítima. E isso é um gargalo importante a ser resolvido”, disse o gerente.

Para a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), o crescimento do modal e a entrada de novos players no mercado está mais ligado a iniciativas do setor privado em busca de soluções logísticas para seus negócios do que propriamente à lei 14.301/2022 (BR do Mar), que aguarda regulamentação. “Se houver carga, as empresas vão investir. Elas têm apetite para investir, o que é bom para cabotagem. É preciso segurança e estabilidade”, comentou o diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano, à reportagem.

Nota da redação: Matéria atualizada para acréscimo de informações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024

PRESERVAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO CONTINUA SENDO DESAFIO PARA SETOR

Por Danilo Oliveira Offshore 31/10/2024 - 20:36



Syndarma, que completa 90 anos, destacou defesa permanente do arcabouço legal para que novo ciclo de contratações repita resultados positivos dos Prorefam's, com expansão da frota de bandeira brasileira

O Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) avalia que, apesar do impacto positivo do marco regulatório na frota brasileira de embarcações de apoio marítimo, o setor continua atento na defesa do arcabouço legal e do ambiente de negócios



edificado há quase 30 anos. O entendimento é que, no atual ciclo de crescimento do segmento, o setor já experimenta grandes desafios, como na regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024), que exigiu a mobilização para preservação da competitividade da bandeira brasileira, mantendo benefícios do Registro Especial Brasileiro (REB) instituído pela Lei 9432/1997.

"Na dura batalha junto ao Congresso, o setor produtivo se mobilizou — como há muito não se via — e armadores e construtores, além dos trabalhadores, vêm trabalhando unidos em prol da bandeira brasileira e do desenvolvimento do país", comentou Machado, que também é presidente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), durante evento de comemoração dos 90 anos do Syndarma, na última quarta-feira (30), no Rio de Janeiro (RJ).

Machado destacou que o desenvolvimento da navegação de apoio marítimo no Brasil se deu a partir da edição da Lei 9432/1997, marco regulatório da navegação, consagrando a política pública de desenvolvimento da frota nacional e confirmando a prioridade de emprego da bandeira brasileira, delineada pela Constituição Federal de 1988. Ele considera que a legislação, junto à demanda induzida pela Petrobras, contribuiu para montar a equação de fomento para construção de embarcações no Brasil e a constituição de frota própria, protegendo da investida de terceiros com interesses 'particulares, imediatistas e sem qualquer compromisso com a navegação brasileira'.

O presidente do Syndarma/Abeam acredita que a Petrobras entendeu novamente a necessidade estratégica da frota nacional e celebrou o anúncio de licitações da companhia para novas construções no Brasil, com uma demanda de 30 embarcações de apoio marítimo. O primeiro processo tem regras semelhantes aos programas de renovação da frota de apoio marítimo (Prorefam) e prevê a construção e afretamento de 12 PSVs (transporte de suprimentos) de grande porte.

As regras atuais estão atreladas a contratos operacionais de até 12 anos, 40% de conteúdo local, além de possibilitar o emprego de novas tecnologias engajando a frota nas medidas de descarbonização. "Para as próximas rodadas de licitações, estão previstos mais 10 OSRV (combate a derramamento de óleo) e 8 RSV (embarcações equipadas com robôs). As empresas [brasileiras de apoio marítimo] se preparam para apresentar suas propostas", afirmou Machado.

Para o Syndarma/Abeam, o marco regulatório da navegação brasileira e a legislação associada instituíram regras claras e favoráveis para o ambiente de negócios, atraindo investimentos para o país. Em menos de 25 anos, foram construídas em estaleiros brasileiros cerca de 250 embarcações de variados tipos, desde unidades para movimentação de pessoas e cargas, até embarcações mais sofisticadas como AHTS (manuseio de âncoras), gerando milhares de empregos na indústria da construção naval e no setor de navegação.

A indústria de petróleo e gás representa hoje 15% do PIB industrial brasileiro e 97% da exploração e produção acontecem nos campos marítimos. "O robusto arcabouço regulatório, o necessário suporte governamental, o empenho da Petrobras e, nesse momento, boa disposição das demais operadoras e empresas de serviços contratantes das embarcações de apoio marítimo, fazem dessa modalidade de navegação o último elo direto da cadeia produtiva de energia no mar", ressaltou Machado.

"São embarcações brasileiras relativamente jovens, tecnologicamente sofisticadas, estado da arte, e capazes de atender às demandas com competências em águas rasas, profundas e ultraprofundas", destacou Machado. O Syndarma/Abeam estima que, em toda cadeia produtiva dos estaleiros, foram aportados quase US\$ 11 bilhões, aproximadamente 50% dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) desembolsados nos últimos anos para desenvolver a frota de apoio marítimo de bandeira brasileira. "Nossa frota ostenta a 6ª posição de maior frota de apoio marítimo do mundo. Desconsideradas as bandeiras de conveniência, só ficamos atrás em número de embarcações dos EUA e da China", salientou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024

ANTAQ E GIZ LANÇAM ESTUDO DE DESCARBONIZAÇÃO EM PORTOS BRASILEIROS

Da Redação *Portos e logística* 31/10/2024 - 22:08

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apresentou, nesta quinta-feira (31), o estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”, desenvolvido em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a agência alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Parte do projeto 'H2Uppp', financiado pelo Ministério da Economia e Ação Climática da Alemanha, o estudo tem como objetivo mapear o cenário da transição energética nos portos brasileiros. A análise oferece subsídios para descarbonizar a infraestrutura portuária e diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor.

Dividido em três fases, o acordo de cooperação entre a agência e a empresa alemã foi firmado em setembro de 2023, envolvendo uma revisão internacional e o diagnóstico agora concluído. A última etapa, ainda em desenvolvimento, é um estudo de caso focado em portos como Açu (RJ), Itaqui (MA), Paranaguá (PR), Pecém (CE) e Santos (SP). O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, afirmou que as próximas conclusões trarão 'evidências, conclusões e endereçamentos' para o setor sobre

A pesquisa abordou temas como combustíveis menos poluentes, eletrificação de equipamentos e uso de energia eólica, além do sistema Onshore Power Supply (OPS). Identificou-se que o uso de combustíveis fósseis ainda predomina, e combustíveis de baixo carbono são raramente utilizados. Para incentivar uma transição energética robusta, o estudo propõe a criação de inventários de emissões e metas de redução, apontando a ausência desses dados como um obstáculo.

Os desafios para a transição energética incluem desde a falta de capacitação técnica e recursos financeiros até questões de regulação e logística, especialmente para o uso de hidrogênio de baixo carbono. Frente a esses obstáculos, a Antaq propõe o desenvolvimento de um inventário setorial de emissões e o fortalecimento do Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além disso, recomenda-se a formação de um fórum nacional para discutir a descarbonização e um programa de conscientização sobre as metas de redução de emissões.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 31/10/2024

MAERSK REPORTA CRESCIMENTO E ATUALIZA PROJEÇÃO PARA 2024

Da Redação *Navegação* 31/10/2024 - 17:11



A Maersk registrou crescimento em todos os seus setores de negócios no terceiro trimestre de 2024, com resultados financeiros superiores aos do ano passado. O principal impulsionador foi o transporte marítimo, com contribuições adicionais dos segmentos de Logística e Serviços e Terminais. Devido ao trimestre marcado por uma alta demanda no mercado de contêineres e pela situação estável no Mar Vermelho, a Maersk revisou sua previsão financeira para o ano, aumentando a projeção de EBIT de US\$ 3,0-5,0 bilhões para uma faixa entre US\$ 5,2 e 5,7 bilhões.

O CEO da Maersk, Vincent Clerc, destacou o foco da empresa em operações eficientes e disciplina de custos em um ambiente volátil. O segmento de logística e serviços apresentou crescimento nas margens, com a aquisição de novos clientes, e o de terminais aumentou sua eficiência com volumes elevados. Clerc disse que a equipe de transporte marítimo adaptou-se às interrupções da rede, utilizando terminais centrais e investindo em capacidade e equipamentos para minimizar os impactos na cadeia de suprimentos.

No transporte marítimo, o aumento de tarifas de frete e o crescimento de volume resultaram em um aumento de 41% na receita, com EBIT de US\$ 2,9 bilhões e margem de 25,5%. O desvio da rota

para o sul do Cabo da Boa Esperança foi um fator relevante nos custos de combustível e operacionais, compensado por ganhos de eficiência operacional.

O segmento de logística e serviços teve um aumento de 11% na receita em relação ao ano anterior e de 7,2% na comparação trimestral. O EBIT foi de US\$ 200 milhões, com margem de 5,1%, impulsionado pela expansão em logística principal e frete aéreo. O segmento de terminais registrou crescimento na América do Norte, com a receita de movimentação impulsionada por maiores volumes, melhores tarifas e mix de produtos. O EBITDA foi de US\$ 424 milhões, com uma rentabilidade de capital investido de 13% nos últimos 12 meses.

Com base nos resultados do terceiro trimestre, a Maersk atualizou suas projeções financeiras para 2024. A empresa projeta agora que o comércio global de contêineres crescerá em torno de 6% no ano, acima da projeção anterior de 4-6%. O Capex para o ano permanece inalterado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024

TRANSPORTADORAS ELEVAM TARIFAS SPOT E INTENSIFICAM NEGOCIAÇÕES PARA CONTRATOS DE 2024

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 31/10/2024 - 17:57



Aumento nas taxas de frete marítimo visa fortalecer posição das transportadoras nas negociações de longo prazo, enquanto fatores globais e sazonalidade desafiam estabilidade no setor

Transportadoras marítimas de contêineres anunciaram um aumento significativo nas tarifas spot a partir de novembro, buscando interromper o declínio do mercado e reforçar sua posição nas negociações para novos contratos de longo prazo com embarcadores europeus. Dados da plataforma de inteligência Xeneta apontam uma elevação entre 15% e 25% nas tarifas spot entre Extremo Oriente, Norte da Europa e Mediterrâneo, após uma queda acumulada de até 55% desde agosto. Com alta demanda sazonal e fatores externos como conflitos globais e greves portuárias pressionando os preços de frete, o cenário se mantém volátil e desafia as perspectivas de estabilidade até o fim do ano.

Desde agosto, as tarifas spot no transporte de contêineres entre o Extremo Oriente, Norte da Europa e Mediterrâneo vinham apresentando quedas acentuadas. Em resposta, transportadoras marítimas decidiram aumentar as tarifas a partir de 1º de novembro para sustentar o mercado e criar uma posição de negociação mais favorável com os embarcadores europeus, que buscam renovar seus contratos de longo prazo em janeiro.

De acordo com a Xeneta, plataforma de inteligência para taxas de frete, os valores atuais para o transporte de contêineres de 40 pés são, em média, US\$ 3.390 para o Norte da Europa e US\$ 3.430 para o Mediterrâneo. A elevação quer conter a baixa de até 55% registrada desde agosto e representar uma vantagem para as transportadoras durante as negociações.

“O mercado spot ainda é instável, e esse aumento deve ajudar a equilibrá-lo temporariamente, embora seja improvável que se mantenha no longo prazo”, observa Peter Sand, analista-chefe da Xeneta. Ele aponta que as transportadoras querem frear os declínios das tarifas spot, que tiveram quedas expressivas em meio a uma demanda sazonalmente forte e ao aumento de desafios externos, como o impacto de conflitos no Mar Vermelho.

Com embarcadores e transportadoras focados nos contratos de longo prazo para 2024, a alta nas tarifas spot pode fortalecer a posição de negociação das transportadoras. Segundo o Índice Global Xeneta Shipping (XSI), que acompanha as taxas de contratos de longo prazo no mercado, houve queda de 5,6% nas tarifas globais em outubro. A redução sinaliza um contexto em que os



embarcadores buscam contratos de longo prazo menos onerosos, mesmo com o aumento sazonal nas taxas spot.

Peter Sand indica que os dados mais recentes do XSI sugerem uma maior flexibilização nos preços de longo prazo: “Os embarcadores estão cada vez mais atentos às quedas nas tarifas spot e preferem adotar taxas de longo prazo mais estáveis e acessíveis para minimizar riscos em 2025”. Para muitos, uma estratégia que combine o ajuste das taxas de acordo com índices de mercado pode trazer maior segurança em um ambiente de preços voláteis.

Brasil

O impacto da alta demanda sazonal e das restrições de oferta também é visível nas rotas de frete marítimo que abastecem o mercado brasileiro. Dados da Logcomex e da Cheap2Ship mostram que o valor médio do transporte de um contêiner de 40 pés na rota China-Brasil atingiu cerca de US\$ 11.500, um aumento de 214% em relação aos valores do início de 2024.

Helmuth Hofstatter, CEO da Logcomex, observa que as empresas que dependem de importações internacionais enfrentam desafios para manter a rentabilidade com essas tarifas, e o mercado de frete só deve estabilizar no início de 2025, com a chegada da baixa sazonal.

Outras rotas relevantes para as importações brasileiras, como as dos Estados Unidos e da Alemanha, também mostram aumentos significativos. O frete de um contêiner de 20 pés dos EUA subiu 67,5%, enquanto o custo para transporte entre Alemanha e Brasil aumentou 88,6%, indicando um cenário de alta demanda e restrições de oferta, conforme destacado pela Logcomex.

Além da alta demanda, eventos globais adicionam pressão aos preços de frete marítimo. A seca no Canal do Panamá, provocada pelo fenômeno El Niño, reduziu o tráfego em uma das principais rotas comerciais do mundo. Congestionamentos em portos importantes nos EUA, México e Brasil, além de greves portuárias, também dificultaram o fluxo de mercadorias e aumentaram os custos. No Brasil, o aumento das importações de veículos elétricos gerou filas em portos estratégicos, como Itapoá e Vitória, elevando ainda mais as despesas.

Outros eventos, como os ataques no Mar Vermelho, obrigaram embarcações a redirecionarem suas rotas pelo Cabo da Boa Esperança, aumentando o tempo de transporte em até 14 dias. Adicionalmente, o aumento dos preços do combustível em função de conflitos no Oriente Médio trouxe mais desafios ao mercado. Para Leandro Barreto, diretor da Solve Shipping, “os custos de transporte podem ser afetados rapidamente pelos conflitos, o que aumenta a necessidade de planejamento estratégico para manter o fluxo de mercadorias em portos estratégicos”.

As projeções para o início de 2025, com a chegada da baixa sazonal, apontam para uma possível redução nas tarifas. No entanto, os fatores que pressionaram as taxas de frete em 2024 ainda devem manter o mercado sujeito a variações. Em resposta a esse cenário, o mercado de transporte marítimo tem buscado maior flexibilização com contratos indexados, que permitem a adaptação das tarifas a variações de mercado de forma mais previsível e menos onerosa.

A Logcomex, acompanhando as tendências e demandas do setor, tem orientado empresas com dados estratégicos que possibilitam otimizar suas operações de comércio exterior. Segundo Hofstatter, “os dados são fundamentais para que as empresas planejem suas operações de forma mais eficiente e se adaptem a um mercado dinâmico”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024

WILSON SONS INICIARÁ EM 2025 CONSTRUÇÃO DE 3 REBOCADORES SUSTENTÁVEIS

Da Redação Indústria naval 31/10/2024 - 16:15



A Wilson Sons começará a construção de três novos rebocadores com tecnologia sustentável e alta potência no estaleiro do Guarujá (SP). Essas embarcações fazem parte da modernização da frota de mais de 80 rebocadores da companhia, que opera ao longo da costa brasileira. Os novos rebocadores serão da classe ASD 2312, com 23 metros de comprimento, 12 metros de largura e propulsão azimutal, capazes de desenvolver 70 toneladas de bollard pull (tração estática).

A construção segue o padrão IMO TIER III da Organização Marítima Internacional, o que garante a redução de até 70% dos óxidos de nitrogênio. Além disso, o casco, projetado pela Damen Shipyards, utiliza o sistema de duplas quilhas (twin fins) para reduzir em até 14% o consumo de combustível fóssil, contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa e a melhoria da qualidade do ar nos portos.

Essas embarcações contarão com sistemas de combate a incêndio com capacidade de 2.400 litros por hora (FiFi I), motores principais com menor número de cilindros para reduzir as emissões e mantendo o mesmo bollard pull de 70 toneladas. As entregas estão programadas para novembro de 2025, março e junho de 2026. Com a nova série, a Wilson Sons terá construído um total de 156 embarcações.

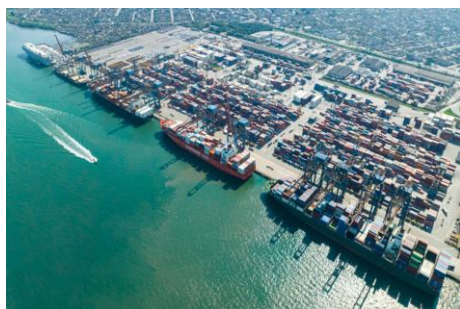
A Wilson Sons também registrou crescimento de 22% nas manutenções programadas, com previsão de 27 docagens em 2024. No estaleiro, a empresa executa reparos estruturais, manutenção de propulsores, sistemas elétricos e pintura de casco, empregando cerca de 300 profissionais especializados para dar suporte às atividades de construção e manutenção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024

SANTOS BRASIL ANUNCIA PLANO PARA NEUTRALIDADE DE CARBONO ATÉ 2040

Da Redação Portos e logística 31/10/2024 - 16:17



A Santos Brasil lançou seu plano de transição climática com o objetivo de alcançar a neutralidade de carbono até 2040. O plano estabelece compromissos para reduzir 70% das emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) nos escopos 1 e 2 e 30% das emissões indiretas do escopo 3, relacionadas à cadeia de valor. As emissões que não puderem ser reduzidas diretamente serão compensadas por meio de medidas específicas até o final do período.

Entre as principais iniciativas está a substituição dos guindastes de pátio (RTGs) movidos a diesel por modelos elétricos no Tecon Santos. Essa mudança faz parte do projeto de modernização e ampliação do terminal, iniciado em 2019, que já recebeu R\$ 1,2 bilhão em um total previsto de R\$ 2,5 bilhões. A atualização evitará a emissão de 713 toneladas de CO₂ por mês, resultando em uma redução de 97% nas emissões dos RTGs no terminal.

Nos próximos sete anos, serão adquiridos 32 guindastes elétricos (e-RTGs) para o Tecon Santos, sendo que oito já estão em fase de compra e oito unidades foram recebidas no final de 2023. Atualmente, 47 RTGs operam no terminal, com 39 movidos a diesel que serão substituídos gradualmente até 2031. A partir de 2024, a operação remota desses guindastes será implementada, proporcionando mais segurança aos operadores, que passarão a trabalhar em um centro de operações em vez de diretamente nas máquinas.

A Santos Brasil também planeja oferecer, até 2031, a tecnologia de shore power no Tecon Santos, permitindo o fornecimento de energia elétrica para navios atracados, o que eliminará a queima de



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 121/2024
Página 64 de 64
Data: 01/11/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

combustível fóssil nas operações portuárias e reduzirá as emissões de escopo 3. Embora ainda não haja demanda para esse serviço, a empresa estará pronta para atender à necessidade do setor.

Essas ações se somam ao programa de descarbonização da Santos Brasil, em desenvolvimento desde 2019, que já resultou em uma redução de 36% na intensidade das emissões, passando de 13,74 kgCO₂/TEU em 2019 para 9,14 kgCO₂/TEU em 2023, considerando os escopos 1 e 2. Em relação à matriz energética, a empresa começou a compensar as emissões de escopo 2 em 2022 por meio de certificados I-REC e planeja a instalação de painéis fotovoltaicos em seus terminais de Vila do Conde (PA) e Santos para geração de energia renovável. Outro objetivo importante é o gerenciamento de resíduos sólidos com a meta de atingir “aterro zero” em todas as unidades até 2028.

O plano de transição climática foi desenvolvido com base no inventário de GEE de 2022, elaborado com consultoria do Instituto Via Green, que calculou as emissões totais da companhia em 100.185,07 toneladas de CO₂ equivalente, somando os escopos 1, 2 e 3. O plano foi estruturado em nove pilares principais: transporte e equipamentos mais sustentáveis, energia renovável, eficiência energética, resíduos, eficiência hídrica, financiamento verde e inovação, engajamento e treinamento, parcerias com stakeholders e monitoramento constante. Essas ações seguem recomendações internacionais, contemplando governança, estratégia, metas, métricas e gestão de riscos e oportunidades no contexto da agenda climática.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 01/11/2024